



2024

Dezembro de 2025

Despesa por Função do Governo Geral – Resultados de 2024

*Classificação COFOG – Classification
of Functions of Government*



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Kalina Ramos Porto

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

Ministério do Planejamento

Simone Nassar Tebet

Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretaria de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Subsecretaria de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

**Coordenação Geral de Estudos e Acompanhamento de
Temas Transversais e Investimentos Plurianuais**

Samantha Lemos Turte Cavadinha

Equipe Técnica

Marcelo Augusto Prudente Lima

Rejane Rodrigues de Carvalho Pereira

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Marcio Pochmann

**Diretoria-Executiva do Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística**

Flavia Vinhaes Santos

Diretoria de Pesquisas

Gustavo Junger da Silva

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Gerência de Administração Pública

Douglas Moura Guanabara

Claudiomiro Gomes de Oliveira

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação
desde que citada a fonte.*

Sumário

Sumário Executivo.....	6
1. Análise dos resultados.....	10
1.1. Visão geral.....	10
1.2. Proteção social	16
1.2. Serviços públicos gerais.....	21
1.3. Saúde	28
1.4. Educação	33
1.5. Ordem pública e segurança.....	38
1.6. Assuntos econômicos.....	44
1.7. Habitação e serviços comunitários.....	49
1.8. Defesa	54
1.9. Proteção ambiental	58
1.10. Lazer, cultura e religião	63
Apêndice	68
A.1. Países incluídos no comparativo internacional	68

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Despesa por função de governo - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	10
Tabela 2. Despesa por função por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	12
Tabela 3. Classificação econômica e funcional da despesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	14
Tabela 4. Despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024.....	17
Tabela 5. Despesa com Proteção social por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	19
Tabela 6. Classificação econômica e funcional da despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	19
Tabela 7. Despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	22
Tabela 8. Despesa com Serviços públicos gerais por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	25
Tabela 9. Classificação econômica e funcional da despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	26
Tabela 10. Despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	28
Tabela 11. Despesa com Saúde por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	30
Tabela 12. Classificação econômica e funcional da despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	31
Tabela 13. Despesa com Educação - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024.....	33
Tabela 14. Despesa com Educação por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	36
Tabela 15. Classificação econômica e funcional da despesa com Educação - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	36
Tabela 16. Despesas com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	38
Tabela 17. Despesa com Ordem pública e segurança por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	41
Tabela 18. Classificação econômica e funcional da despesa com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	41
Tabela 19. Despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	45
Tabela 20. Despesa com Assuntos econômicos por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	47
Tabela 21. Classificação econômica e funcional da despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	48
Tabela 22. Despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil - Anual – 2023 e 2024	50
Tabela 23. Despesa com Habitação e serviços comunitários por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	52
Tabela 24. Classificação econômica e funcional da despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	53
Tabela 25. Despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	54
Tabela 26. Despesa com Defesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	56
Tabela 27. Classificação econômica e funcional da despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	56
Tabela 28. Despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	58
Tabela 29. Despesa com Proteção ambiental por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	60
Tabela 30. Classificação econômica e funcional da despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	61
Tabela 31. Despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024.....	63
Tabela 32. Despesa com Lazer, cultura e religião por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024	65
Tabela 33. Classificação econômica e funcional da despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	66
Tabela A.1. Agrupamento de países segundo o grau de desenvolvimento econômico	68

Gráfico 1. Despesa por função - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	8
Gráfico 2. Despesa por função - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	11
Gráfico 3. Despesa total - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	15
Gráfico 4. Despesa por função de governo - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	16
Gráfico 5. Despesa com Proteção social por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	17
Gráfico 6. Despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	20
Gráfico 7. Despesa com Proteção social por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	21
Gráfico 8. Despesa com Serviços públicos gerais por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	23
Gráfico 9. Despesa com Transações da dívida pública - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	24
Gráfico 10. Despesa com Transações da dívida pública - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	24
Gráfico 10. Despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	27
Gráfico 11. Despesa com Serviços públicos gerais por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	27
Gráfico 12. Despesa com Saúde por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	29
Gráfico 13. Despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil e países selecionados- Anual - 2023.....	32
Gráfico 14. Despesa com Saúde por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados- Anual - 2023.....	32
Gráfico 15. Despesa com Educação por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	34
Gráfico 16. Despesa com Educação - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	37
Gráfico 17. Despesa com Educação por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2022.....	38
Gráfico 18. Despesa com Ordem pública e segurança por subfunção - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	39
Gráfico 19. Despesa com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	42
Gráfico 20. Despesa com Ordem pública e segurança por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	43
Gráfico 21. Despesa com Tribunais de justiça - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	44
Gráfico 22. Despesa com Assuntos econômicos por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	46
Gráfico 23. Despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	49
Gráfico 24. Despesa com Assuntos econômicos por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	49
Gráfico 25. Despesa com Habitação e serviços comunitários por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	51
Gráfico 26. Despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	53
Gráfico 27. Despesa com Defesa por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	55
Gráfico 28. Despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	57
Gráfico 29. Despesa com Defesa por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	58
Gráfico 30. Despesa com Proteção ambiental por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	59
Gráfico 31. Despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	62
Gráfico 32. Despesa com Proteção ambiental por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	62
Gráfico 33. Despesa com Lazer, cultura e religião por subfunções - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	64
Gráfico 34. Despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	67
Gráfico 35. Despesa com Lazer, cultura e religião por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023.....	67

Sumário Executivo

Esta publicação apresenta a terceira edição do relatório de análise da despesa do governo geral, estruturada com base na Classificação de Funções do Governo (COFOG). O documento apresenta a análise das despesas públicas realizadas pelos três níveis de governo (central, estadual e municipal), com ênfase nos resultados do exercício de 2024.

A COFOG (*Classification of Functions of Government*)¹ é uma metodologia internacional desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada integralmente pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI), denominado *Government Finance Statistics Manual 2014* (GFSM 2014)².

A COFOG categoriza e organiza as despesas governamentais conforme suas funções e objetivos, sendo essencial para compreender a alocação dos recursos públicos e revelar prioridades de gastos. Além disso, por se tratar de uma metodologia harmonizada internacionalmente, criada para padronizar a classificação de despesas, ela permite análises comparativas entre países. O relatório detalha o comportamento dos gastos governamentais entre 2023 e 2024, apresenta análises comparativas internacionais sobre esses gastos e busca oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e a otimização de recursos, auxiliando na compreensão das prioridades de governo e seu reflexo na alocação de recursos em áreas estratégicas.

Vale destacar que, embora este estudo inclua dados do Brasil até 2024, a comparação internacional é feita com base no ano de 2023, ano mais recente com maior disponibilidade de informações comparáveis entre os países³. Desse modo, é importante lembrar que o comparativo considera apenas os países que reportaram dados de despesa do governo geral para 2023.

Ressalta-se que os resultados apresentados neste estudo não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas que observam aspectos metodológicos específicos, como o Resultado do Tesouro Nacional, as estatísticas divulgadas pelo Banco Central do Brasil e os relatórios

¹ Para maiores detalhes sobre a metodologia aplicada, sugere-se consultar a publicação “Nota Metodológica das Despesas por Função do Governo Geral – Classificação COFOG”, disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2020/30>.

² <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>.

³ Ver lista disponível no Apêndice A.1.

contábeis que apresentam as despesas por função classificadas de acordo com a Portaria nº 42, de 1999, que define a classificação funcional no orçamento brasileiro, como o Balanço do Setor Público Nacional.

Principais resultados

Em 2024, as despesas do Brasil apresentaram crescimento principalmente nas funções Saúde (707), Habitação e serviços comunitários (706) e Educação (709)

A despesa do governo geral do Brasil atingiu R\$ 5.377,5 bilhões em 2024, o equivalente a 45,79% do PIB. Esse valor representou uma elevação de 0,48 p.p. do PIB na comparação com 2023, quando a despesa atingiu R\$ 4.958,4 bilhões, 45,31% do PIB. Esse crescimento reflete, principalmente, o aumento dos gastos na função Saúde, que aumentou de 4,72% do PIB para 5,03% do PIB; em Habitação e serviços comunitários, que passou de 1,15% do PIB para 1,36% do PIB; e em Educação, que passou de 4,93% do PIB para 5,10% do PIB, entre 2023 e 2024. Por outro lado, houve diminuição da despesa com Serviços públicos gerais, que passou de 11,35% do PIB para 11,08% do PIB, e da despesa com Proteção Social, que reduziu de 16,75% do PIB para 16,53% do PIB, no mesmo período.

O Brasil apresenta gastos em Proteção social (710) e Serviços público gerais (701) superiores ao padrão internacional

Em 2023, as funções Proteção social e Serviços públicos gerais representaram, conjuntamente, 28,10% do PIB, percentual significativamente superior à média dos países considerados na amostra, que foi de 18,29% do PIB⁴ para essas mesmas funções. Esse resultado evidencia a maior participação relativa dessas áreas no gasto público nacional, em comparação com o padrão internacional observado.

Saúde (707) apresentou crescimento nominal de 14,44% nos gastos entre 2023 e 2024

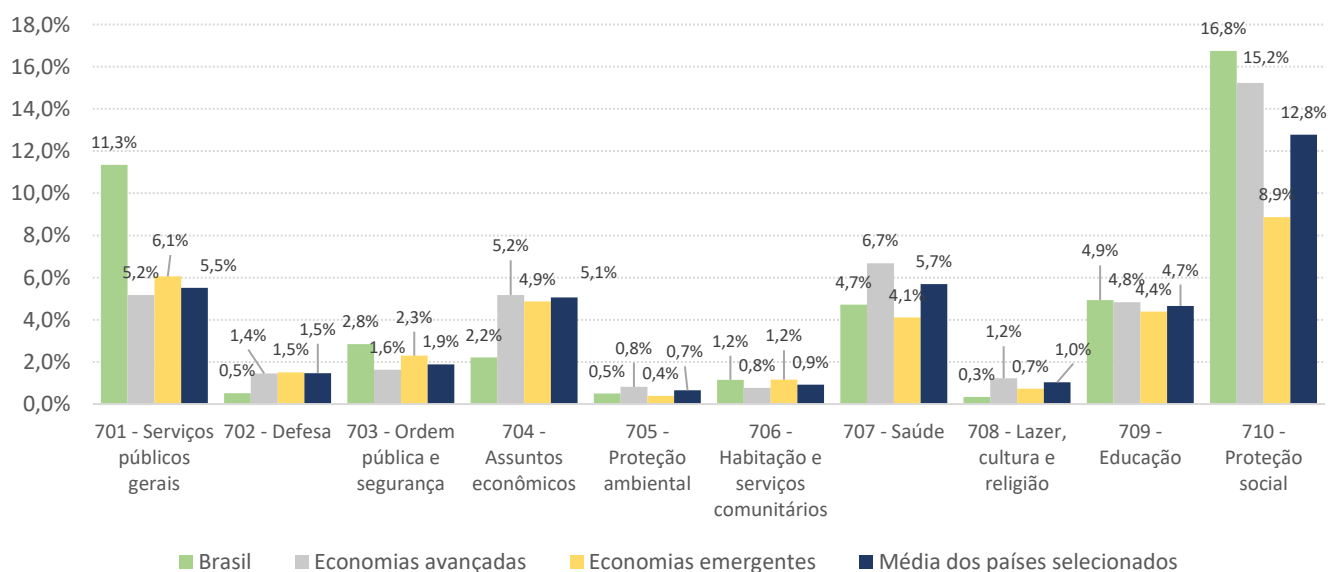
Os Serviços hospitalares destacaram-se como a principal despesa da função Saúde. Essa subfunção registrou um crescimento nominal de 14,84%, refletindo esforços contínuos para manter e ampliar o atendimento hospitalar no país. Esses gastos incluem principalmente serviços de média e alta complexidade realizados no Sistema Único de Saúde (SUS).

⁴ Para maiores detalhes dos países incluídos nas comparações, consultar o Apêndice A.1.

Gráfico 1. Despesa por função - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Brasil gasta consideravelmente menos com Assuntos econômicos (704) do que a média internacional

Em 2023, a despesa do Brasil em Assuntos econômicos (2,21% do PIB) foi substancialmente inferior à média internacional (5,06%), com destaque para a subfunção Transportes, na qual o governo geral brasileiro gastou 1,32% do PIB, contra 2,24% da média dos países selecionados. No entanto, vale destacar o crescimento da despesa com Transportes em 2024, quando atingiu 1,45% do PIB, valor ainda abaixo do padrão internacional.

Despesas com Defesa (702) e Saúde (707) também são inferiores à média internacional

Em 2023, a despesa do governo geral brasileiro na função Defesa (0,51% do PIB) está entre as menores em relação aos demais países, sendo inferior tanto em relação à América Latina (0,57% do PIB) quanto em relação à média dos países selecionados (1,47% do PIB). Com relação à Saúde, os gastos do governo geral atingem 4,72% do PIB, inferior à média dos países selecionados (5,69%).

Despesa em Educação (709) é superior à média internacional

Em 2023, o Brasil gastou 4,93% do PIB em Educação, valor superior à média internacional de 4,66% do PIB. Comparativamente à média dos países selecionados, o governo geral brasileiro se destaca com maiores percentuais do PIB em relação à Educação infantil e ensino fundamental I (1,99% do PIB) e Ensino fundamental II e médio (1,66% do PIB).

Despesa com Ordem pública e segurança (703) superou a média internacional

Em 2023, a despesa do governo geral brasileiro com Ordem pública e segurança alcançou 2,85% do PIB, acima da média de 1,89% do PIB dos países selecionados. Essa função engloba, principalmente, gastos com serviços de polícia, estabelecimentos prisionais e tribunais de justiça. Entre esses, destaca-se o gasto com tribunais de justiça no Brasil (1,43% do PIB), o segundo maior entre 50 países analisados, atrás apenas de El Salvador. Adicionalmente, em 2024, houve crescimento de 0,11 p.p. do PIB na despesa do governo geral brasileiro com tribunais de justiça.

1. Análise dos resultados

1.1. Visão geral

Em 2024, a despesa do governo geral correspondeu a R\$ 5.377,5 bilhões, o equivalente a 45,79% do PIB. Esse valor representou uma elevação na comparação com 2023, quando a despesa atingiu R\$ 4.958,4 bilhões, 45,31% do PIB. A função de governo com maior nível de despesa em 2024 foi Proteção social, que atingiu 16,53% do PIB (R\$ 1.941,6 bilhões). Nessa função estão os gastos com benefícios previdenciários das três esferas de governo, além de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Em seguida, a função com a segunda maior despesa foi Serviços públicos gerais (R\$ 1.301,6 bilhões, 11,08% do PIB), que compreende os juros da dívida pública, além de despesas administrativas gerais dos Poderes legislativo e executivo. Outras duas funções representativas são Educação e Saúde, cujas despesas alcançaram 5,10% e 5,03% do PIB, respectivamente.

Tabela 1. Despesa por função de governo - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
7 - Despesa total	4.958.352	5.377.521	100,00%	100,00%	45,31%	45,79%
701 - Serviços públicos gerais	1.242.018	1.301.580	25,05%	24,20%	11,35%	11,08%
702 - Defesa	55.791	59.397	1,13%	1,10%	0,51%	0,51%
703 - Ordem pública e segurança	311.371	346.997	6,28%	6,45%	2,85%	2,95%
704 - Assuntos econômicos	241.967	265.604	4,88%	4,94%	2,21%	2,26%
705 - Proteção ambiental	54.293	65.313	1,09%	1,21%	0,50%	0,56%
706 - Habitação e serviços comunitários	126.088	159.650	2,54%	2,97%	1,15%	1,36%
707 - Saúde	516.411	590.982	10,41%	10,99%	4,72%	5,03%
708 - Lazer, cultura e religião	37.092	47.214	0,75%	0,88%	0,34%	0,40%
709 - Educação	539.973	599.178	10,89%	11,14%	4,93%	5,10%
710 - Proteção social	1.833.347	1.941.604	36,97%	36,11%	16,75%	16,53%

Nota 1: Dados preliminares.

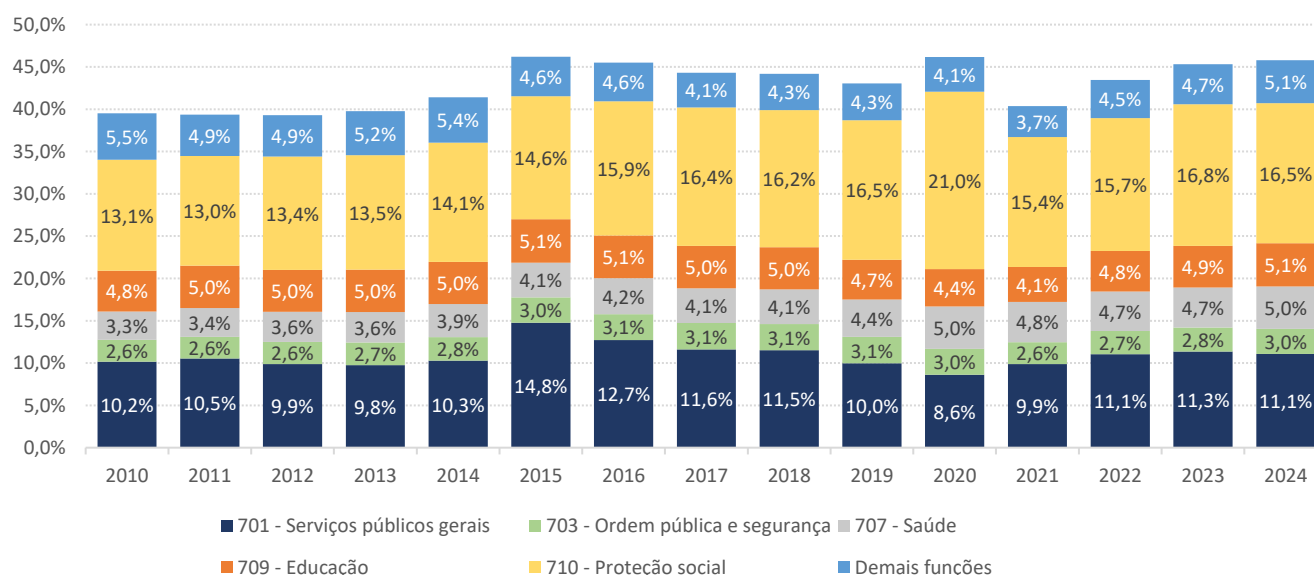
A análise por função revela que o crescimento de 0,48 p.p. do PIB da despesa total do governo geral de 2023 para 2024 se concentrou principalmente em Saúde (707), que passou de 4,72% do PIB, em 2023, para 5,03% do PIB, em 2024; Habitação e serviços comunitários (706), que registrou aumento de 0,21 p.p. do PIB, ao passar de 1,15%, em 2023, para 1,36%, em 2024; e Educação (709), que aumentou de 4,93% para 5,10% do PIB entre os dois anos. Em relação à Saúde, a elevação ocorreu principalmente na subfunção de Serviços hospitalares (7073), a qual engloba, principalmente, os gastos com serviços de

média e alta complexidade realizados no SUS. Já o aumento na função Habitação e serviços comunitários demonstra a maior prioridade relativa conferida ao setor, que abrange atividades relacionadas ao desenvolvimento habitacional, aquisição de terras, construção, compra ou remodelação de unidades habitacionais, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água, iluminação pública e outras iniciativas de infraestrutura urbana. Por sua vez, o acréscimo na função Educação ocorreu majoritariamente na educação básica. A despesa na subfunção Educação infantil e ensino fundamental I (7091) apresentou elevação nominal de 11,69% entre 2023 e 2024, enquanto, no Ensino fundamental II e médio (7092), houve aumento de 10,60%.

Gráfico 2. Despesa por função - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB



Nota 1: Em “Demais funções” foram agregadas: Defesa (702), Assuntos econômicos (704), Proteção ambiental (705), Habitação e serviços comunitários (706) e Lazer, cultura e religião (708).

Também se observou aumento na função Ordem pública e segurança (703) e reduções nas funções Serviços públicos gerais (701) e Proteção social (710). A variação de 0,11 p.p. do PIB em Ordem pública e segurança é explicada principalmente pelos maiores gastos nas subfunções Tribunais de justiça (7033) e Serviços de polícia (7031), que juntos representaram 88,66% do total gasto na função. A queda nos gastos com Serviços públicos gerais, por sua vez, ocorreu principalmente na subfunção Poder executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos (7011), uma vez que, em 2023, houve um aumento atípico nos pagamentos de sentenças judiciais pelo governo central, evento sem contrapartida em 2024. Essa mesma explicação é válida para justificar a redução dos gastos na função Proteção social (de 16,75% do PIB, em 2023, para 16,53% do PIB, em 2024), resultado do pagamento de sentenças judiciais e

precatórios em 2023 pelo governo central (julgamento do Superior Tribunal Federal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nº 7.064 e nº 7.047).

Na desagregação por esfera de governo, observa-se que o governo central executa a maior parcela da despesa, R\$ 3.786,1 bilhões, seguido pelos governos estaduais (R\$ 1.581,7 bilhões) e governos municipais (R\$ 1.304,0 bilhões). A maior representatividade do governo central se repete nas funções com despesas mais elevadas (vide tabela 2). Em 2024, o gasto do governo central em Proteção Social foi de R\$ 1.518,5 bilhões, contra R\$ 301,7 bilhões dos governos estaduais e R\$ 151,3 bilhões dos governos municipais. Essa concentração se explica pela responsabilidade do governo central pelo pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gastos que não possuem correspondência nas outras esferas. Do mesmo modo, as despesas com Serviços públicos gerais são executadas de forma substancial pelo governo central, notadamente devido aos juros da dívida pública e às transferências a entes subnacionais sem destinação definida.

Tabela 2. Despesa por função por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB

Despesa total	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
7 - Despesa total	3.786.079	1.581.727	1.303.960	-1.294.245	5.377.521
701 - Serviços públicos gerais	1.554.396	400.209	176.416	-829.442	1.301.580
702 - Defesa	55.845	3.661	2.826	-2.936	59.397
703 - Ordem pública e segurança	71.717	265.416	17.616	-7.752	346.997
704 - Assuntos econômicos	74.024	107.990	97.355	-13.765	265.604
705 - Proteção ambiental	3.511	9.891	52.985	-1.074	65.313
706 - Habitação e serviços comunitários	6.211	21.416	137.905	-5.882	159.650
707 - Saúde	247.715	232.654	325.058	-214.445	590.982
708 - Lazer, cultura e religião	3.872	12.371	32.967	-1.996	47.214
709 - Educação	250.239	226.431	309.523	-187.015	599.178
710 - Proteção social	1.518.547	301.687	151.308	-29.938	1.941.604

Nota 1: Dados preliminares.

Por outro lado, funções de governo que envolvem competências comuns do governo central, estados e municípios, como Saúde, Educação e Ordem pública e segurança, possuem despesas com menor concentração no governo central. No caso da Saúde, os governos municipais respondem pela maior parcela da despesa (R\$ 325,1 bilhões), o que é explicado pelo fato dos desembolsos com serviços hospitalares serem distribuídos de maneira relativamente uniforme entre as três esferas, mas aqueles

com serviços ambulatoriais, em que predomina a política de Atenção Básica, serem mais concentrados nos governos municipais.

Na Educação inexistente grande predominância de uma esfera sobre as outras, com destaque para o governo central no Ensino superior (R\$ 50,3 bilhões), para os governos estaduais, no Ensino fundamental II e médio (R\$ 146,1 bilhões), e para os governos municipais, na Educação infantil e ensino fundamental I (R\$ 221,6 bilhões). Já em Ordem pública e segurança, ressalte-se a proeminência dos governos estaduais, cuja despesa alcançou R\$ 265,4 bilhões, mais de três quartos dos R\$ 347,0 bilhões do governo geral. Isso se explica pelo papel dessa esfera nos Serviços de polícia (7031) e Estabelecimentos prisionais (7034), além dos Tribunais de justiça (7033).

A coluna de consolidação, apresentada na tabela 2, também fornece informações importantes sobre a estrutura federativa brasileira. As transferências que um ente realiza para outro são consideradas despesas daquele ente. Contudo, quando o escopo de análise passa de um ente específico para o governo geral, faz-se necessária a eliminação de todas as transações entre unidades institucionais do governo geral, de modo a evitar a dupla contagem. Quando as transferências devem necessariamente ser aplicadas em uma função específica, ela já é classificada em tal função. No entanto, quando os recursos provenientes de transferências podem ser usados de forma livre por quem as recebe, eles são classificados na subfunção Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo (7018).

Dessa forma, observa-se que a maior parcela do ajuste de consolidação ocorre na função Serviços públicos gerais (701), justamente porque as transferências de caráter geral fazem parte dessa função. Essa subfunção é composta principalmente pelas transferências da União ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (parcelas de receitas constitucionais pertencentes aos governos estaduais e municipais), pelas compensações financeiras sobre a exploração de recursos energéticos (*royalties* e participação especial) e pelas compensações oriundas da Lei Kandir. Destacam-se também os fluxos de juros entre unidades de governos, majoritariamente dos governos regionais para o governo central, que são igualmente consolidados em Serviços públicos gerais e, em 2024, alcançaram R\$ 78,6 bilhões.

Duas outras funções nas quais o ajuste de consolidação atinge valores elevados são Saúde (707) e Educação (709). Essas funções se caracterizam por transferências do governo central para governos regionais e de governos estaduais para municipais, de modo a contribuir com o financiamento de políticas públicas que são executadas, em grande parte, por entes subnacionais. É o caso da Educação Básica e da Atenção Básica à Saúde. São exemplos de transferências consolidadas nessas funções os aportes ao Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

A tabela 3 mostra uma combinação matricial das classificações econômica e funcional da despesa do governo geral, permitindo uma dimensão analítica adicional, por exemplo, a avaliação de quais insumos o governo utiliza para desempenhar suas funções. Observa-se a importância da despesa com remuneração de empregados em funções relacionadas com a provisão de serviços intensivos em mão de obra, tais como Educação, Saúde e Ordem pública e segurança. A despesa com usos de bens e serviços, que inclui os gastos de custeio, está distribuída entre as diferentes funções, com destaque para a Saúde. Já os benefícios previdenciários e assistenciais estão fortemente concentrados na função Proteção social. Por fim, o investimento bruto é realizado principalmente nas funções Assuntos econômicos, onde se localizam as despesas com Transporte, e Habitação e serviços comunitários.

Tabela 3. Classificação econômica e funcional da despesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
7 - Despesa total	1.281.583	692.841	1.859.978	253.320	1.289.797	5.377.521
701 - Serviços públicos gerais	184.780	88.607	3.931	12.760	1.011.502	1.301.580
702 - Defesa	40.329	10.183	427	8.053	405	59.397
703 - Ordem pública e segurança	270.975	53.908	3.463	14.125	4.527	346.997
704 - Assuntos econômicos	53.729	66.812	1.915	97.530	45.618	265.604
705 - Proteção ambiental	17.615	38.032	112	8.087	1.467	65.313
706 - Habitação e serviços comunitários	34.571	58.352	274	61.922	4.533	159.650
707 - Saúde	211.899	214.925	1.469	16.719	145.971	590.982
708 - Lazer, cultura e religião	13.247	18.204	701	6.080	8.982	47.214
709 - Educação	411.179	119.530	9.148	25.584	33.736	599.178
710 - Proteção social	43.260	24.289	1.838.538	2.460	33.057	1.941.604

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

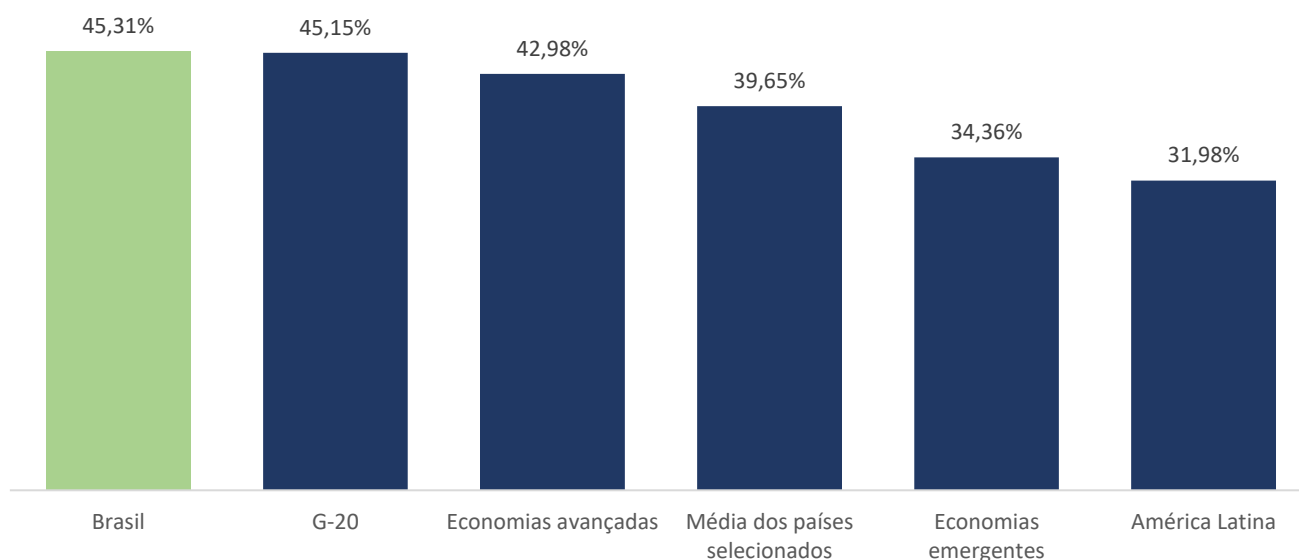
Em 2023, a despesa total do governo geral brasileiro alcançou 45,31% do PIB, um patamar superior ao das economias avançadas (42,98% do PIB) e substancialmente acima da média das economias emergentes (34,36% do PIB), conforme ilustrado no gráfico 3. Tal condição é significativamente influenciada pelo nível dos gastos na subfunção Transações da dívida pública. Ao excluir tais gastos, a despesa do governo geral do Brasil se reduz para 37,17% do PIB, proporção em linha com a média internacional de 37,55% do PIB,

superior à das economias emergentes (31,44% do PIB), mas inferior à das economias avançadas (41,33% do PIB).

Gráfico 3. Despesa total - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



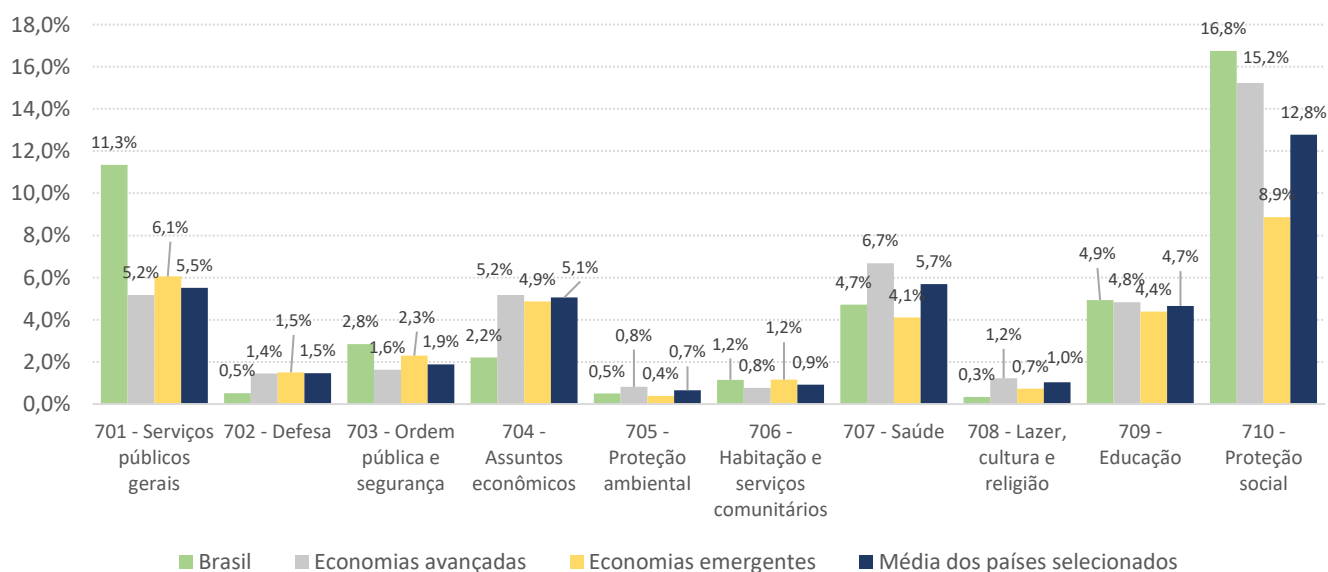
A análise por função revela que, em 2023, o Brasil registrou níveis de despesa superiores à média internacional em suas duas principais funções. No caso de Proteção social, esse resultado é impulsionado, principalmente, pelos gastos com aposentadorias e pensões. Já em Serviços públicos gerais, a diferença se deve, sobretudo, às despesas com juros da dívida pública.

O governo geral brasileiro também apresenta despesas superiores à média internacional na função Ordem pública e segurança, explicadas, sobretudo, pelos gastos com Tribunais de justiça. Em Educação, a despesa do Brasil, correspondente a 4,93% do PIB, superou a média dos países selecionados, que foi de 4,66% do PIB, evidenciando um esforço fiscal relativamente mais elevado na área educacional. Por outro lado, em Saúde, Proteção Ambiental, Defesa e Lazer, Cultura e Religião, os gastos brasileiros permanecem abaixo da média internacional. Por fim, na comparação internacional, destaca-se a função Assuntos econômicos, na qual a despesa do Brasil é consideravelmente inferior à média global, explicada, em grande parte, pelo baixo nível de investimentos em Transportes.

Gráfico 4. Despesa por função de governo - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



1.2. Proteção social

A função Proteção social se destacou como a função mais relevante na despesa brasileira em 2024, correspondendo a 36,11% desse total. Em relação a 2023, observou-se crescimento nominal de 5,90%, passando de R\$ 1.833,3 bilhões para R\$ 1.941,6 bilhões em 2024. Em termos de proporção do PIB, a despesa passou de 16,75% do PIB em 2023 para 16,53% em 2024, uma redução de 0,22 p.p. do PIB, resultado influenciado pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios em 2023 pelo governo central, sem contrapartida em 2024 (julgamento do Superior Tribunal Federal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nº 7.064 e nº 7.047).

Ao analisarmos o comportamento das subfunções que compõem a rubrica de Proteção social (gráfico 5), pode-se observar que quatro subcategorias são responsáveis pela maior parcela do gasto: Terceira idade (7102), principalmente devido ao pagamento de aposentadorias, Sobreviventes (7103), referente ao pagamento de pensões, Doença e invalidez (7101) e Família e filhos (7104).

Tabela 4. Despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

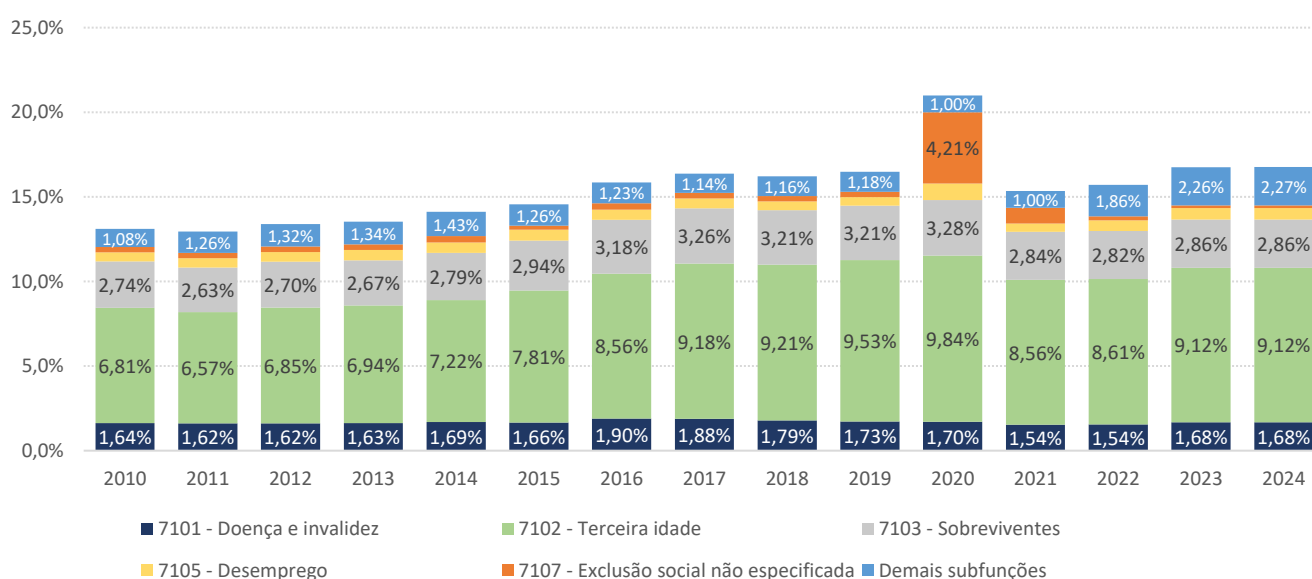
Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
710 - Proteção social	1.833.347	1.941.604	36,97%	36,11%	16,75%	16,53%
7101 - Doença e invalidez	184.361	202.132	3,72%	3,76%	1,68%	1,72%
7102 - Terceira idade	997.668	1.041.075	20,12%	19,36%	9,12%	8,86%
7103 - Sobreviventes	312.916	327.191	6,31%	6,08%	2,86%	2,79%
7104 - Família e filhos	178.768	180.874	3,61%	3,36%	1,63%	1,54%
7105 - Desemprego	73.298	81.831	1,48%	1,52%	0,67%	0,70%
7106 - Habitação	10.744	14.888	0,22%	0,28%	0,10%	0,13%
7107 - Exclusão social não especificada	18.245	22.654	0,37%	0,42%	0,17%	0,19%
7108 - P&D de proteção social	41	63	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7109 - Proteção social não especificada	57.306	70.896	1,16%	1,32%	0,52%	0,60%

Nota 1: Dados preliminares.

Gráfico 5. Despesa com Proteção social por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Família e filhos (7104), Habitação (7106), Pesquisa e desenvolvimento de proteção social (7108) e Proteção social não especificada (7109).

Os gastos com Proteção social no Brasil, apesar de serem concentrados no governo central, seguem um modelo de responsabilidade compartilhada entre as diferentes esferas de governo, refletindo o caráter descentralizado da política social no país. Conforme apresentado na tabela 5, o governo central é responsável por cerca de 77% do total. Esse predomínio está relacionado sobretudo aos pagamentos de

aposentadorias e pensões vinculados ao RGPS, que concentram volumes expressivos de recursos. Ainda assim, devido à expressividade dos gastos referentes aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) estaduais e municipais, nas três esferas de governo há predominância de apenas duas subfunções (Terceira idade e Sobreviventes), sendo que, nos governos estaduais, elas representaram cerca de 93% da despesa total em Proteção social.

Entre 2023 e 2024, destacam-se três movimentos relevantes no âmbito do governo central. O primeiro se refere ao crescimento significativo na subfunção Habitação, que registrou uma variação nominal de 38,73%. Isso reflete a continuação da retomada do programa Minha Casa Minha Vida, voltado à redução do déficit habitacional e ao acesso à moradia para famílias de baixa renda. Além disso, houve aumento de 9,61% na subfunção Doença e invalidez, em função do crescimento expressivo de 41% na quantidade de auxílios-doença concedidos em 2024 em relação a 2023⁵. Por fim, o terceiro movimento foi a expansão expressiva na subfunção Exclusão social não especificada (7107), cujas despesas cresceram 24,86% no governo central. Esse crescimento também foi observado nos governos estaduais (16,07%) e nos municipais (17,74%), refletindo o fortalecimento nas três esferas de ações voltadas à proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O aumento em Exclusão social não especificada decorre, entre outros fatores, da ampliação de programas de transferência de renda, iniciativas de segurança alimentar, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, e do reforço de serviços, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Destacam-se também, na coluna de consolidação, as compensações previdenciárias entre regimes de previdência. Estas compensações, previstas na Constituição Federal e na Lei nº 9.796/1999, são devidas quando o regime instituidor do benefício não é o mesmo de todo o período contributivo do segurado.

⁵ Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) - 2024 - Ministério da Previdência Social.

Tabela 5. Despesa com Proteção social por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesa Proteção social	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
710 - Proteção social	1.518.547	301.687	151.308	-29.938	1.941.604
7101 - Doença e invalidez	200.260	1.140	1.286	-553	202.132
7102 - Terceira idade	734.758	227.771	96.839	-18.293	1.041.075
7103 - Sobreviventes	264.467	52.758	11.259	-1.294	327.191
7104 - Família e filhos	173.378	1.869	7.211	-1.583	180.874
7105 - Desemprego	81.734	0	146	-49	81.831
7106 - Habitação	12.928	1.132	1.001	-172	14.888
7107 - Exclusão social não especificada	12.122	13.166	3.739	-6.373	22.654
7108 – P&D de proteção social	64	0	0	-1	63
7109 - Proteção social não especificada	38.838	3.851	29.828	-1.621	70.896

Nota 1: Dados preliminares.

Tabela 6. Classificação econômica e funcional da despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
710 - Proteção social	43.260	24.289	1.838.538	2.460	33.057	1.941.604
7101 - Doença e invalidez	434	1.806	198.860	68	964	202.132
7102 - Terceira idade	16.420	3.216	1.017.000	196	4.243	1.041.075
7103 - Sobreviventes	915	61	326.104	0	111	327.191
7104 - Família e filhos	2.015	2.642	172.473	225	3.521	180.874
7105 - Desemprego	10	110	81.683	5	22	81.831
7106 - Habitação	46	22	1.098	596	13.126	14.888
7107 - Exclusão social não especificada	823	4.951	12.943	254	3.683	22.654
7108 - P&D de proteção social	35	9	0	1	17	63
7109 - Proteção social não especificada	22.562	11.472	28.378	1.115	7.370	70.896

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

Quanto à categoria econômica, em 2024, quase a totalidade dos gastos (94,69% do total) se concentrou na rubrica de benefícios previdenciários e assistenciais (vide tabela 6). Além desta rubrica, o segundo

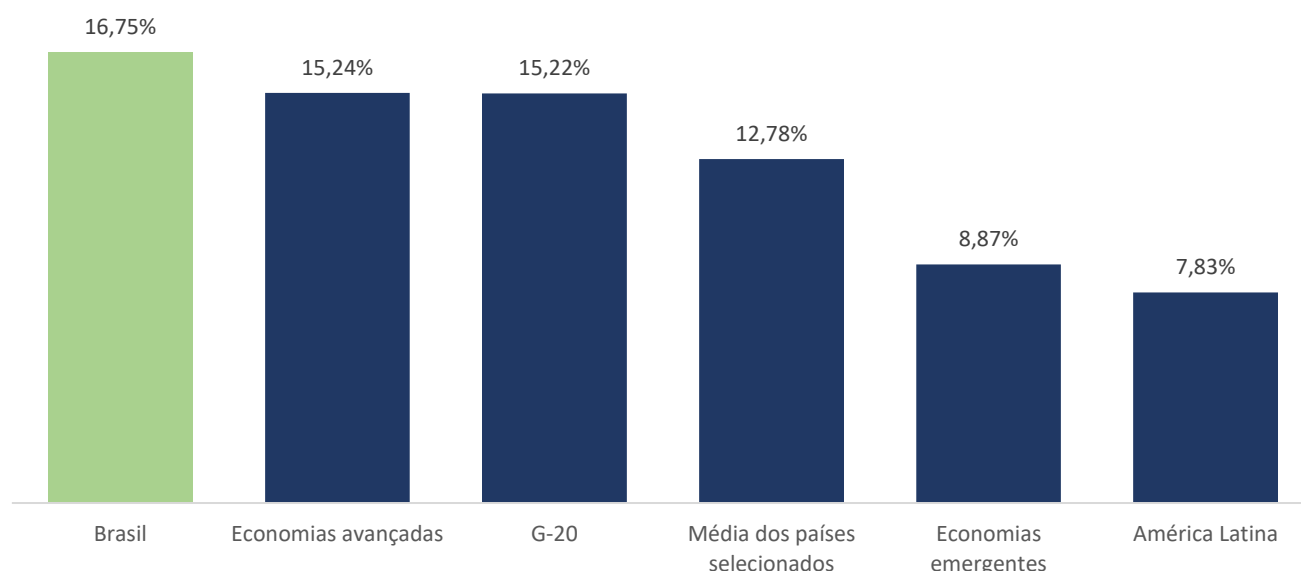
maior grupo de gastos foi com remuneração de empregados, composta por salários e contribuições sociais efetivas, principalmente nas subfunções Terceira idade (7102) e Proteção social não especificada (7109), que engloba ações tais como administração, gestão ou suporte de atividades de proteção social, dentre outras.

Em uma perspectiva internacional, a despesa do governo geral brasileiro na função Proteção social, equivalente a 16,75% do PIB em 2023, foi superior à média das economias avançadas (15,24% do PIB) e substancialmente maior que a observada em países emergentes, cuja média é de aproximadamente 8,87% do PIB, conforme ilustrado no gráfico 6.

Gráfico 6. Despesa com Proteção social - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

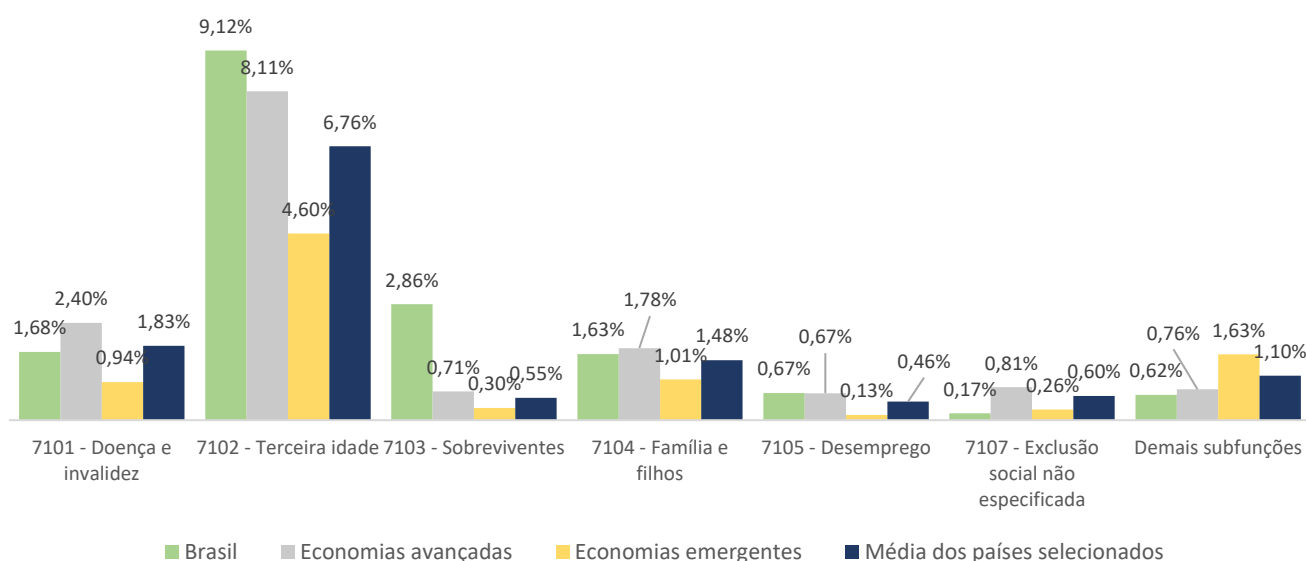
Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



O gráfico 7 detalha a distribuição, em pontos percentuais do PIB, da despesa de 2023 nas subfunções da Proteção social entre países selecionados e o Brasil. Destaca-se que os gastos brasileiros com Terceira idade (7102), Sobreviventes (7103) e Desemprego (7105), que juntos somaram 12,65% do PIB, são significativamente superiores à média internacional, de 7,76% do PIB. Dentre essas subfunções, o maior desvio em relação à média internacional ocorre na subfunção Sobreviventes (7103), correspondente ao pagamento de pensões do RGPS e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) das três esferas de governo.

Gráfico 7. Despesa com Proteção social por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
 Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Habitação (7106), Pesquisa e desenvolvimento de proteção social (7108) e Proteção social não especificada (7109).

1.2. Serviços públicos gerais

Os gastos do governo geral classificados na função Serviços públicos gerais são essenciais para o funcionamento do Estado, pois, em sua maioria, correspondem às chamadas “áreas meio” da administração pública. Essa função abrange despesas com atividades legislativas, controle interno e externo, gestão financeira, fiscal e de assuntos externos, além de pesquisas básicas sem aplicação finalística. Também inclui as transferências de caráter geral entre os entes federativos, os gastos com juros e outras despesas relacionadas à administração da dívida pública. Em 2024, a função Serviços públicos gerais alcançou R\$ 1.301,6 bilhões, o que representou 24,20% da despesa total. Em termos de proporção do PIB, o gasto passou de 11,35% do PIB em 2023 para 11,08% do PIB em 2024, uma redução de 0,27 p.p. do PIB. Mantendo a tendência dos anos anteriores, a subfunção com maior gasto foi Transações da dívida pública (7017), correspondendo a 18,08% da despesa total.

Tabela 7. Despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
701 - Serviços públicos gerais	1.242.018	1.301.580	25,05%	24,20%	11,35%	11,08%
7011 - Poderes executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos	244.038	206.195	4,92%	3,83%	2,23%	1,76%
7012 - Ajuda econômica externa	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7013 - Serviços gerais	93.320	101.854	1,88%	1,89%	0,85%	0,87%
7014 - Pesquisa básica	3.678	4.546	0,07%	0,08%	0,03%	0,04%
7015 – P&D de serviços públicos gerais	45	56	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7016 - Serviços públicos gerais não especificados	10.571	16.937	0,21%	0,31%	0,10%	0,14%
7017 - Transações da dívida pública	890.366	971.991	17,96%	18,08%	8,14%	8,28%
7018 - Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota 1: Dados preliminares.

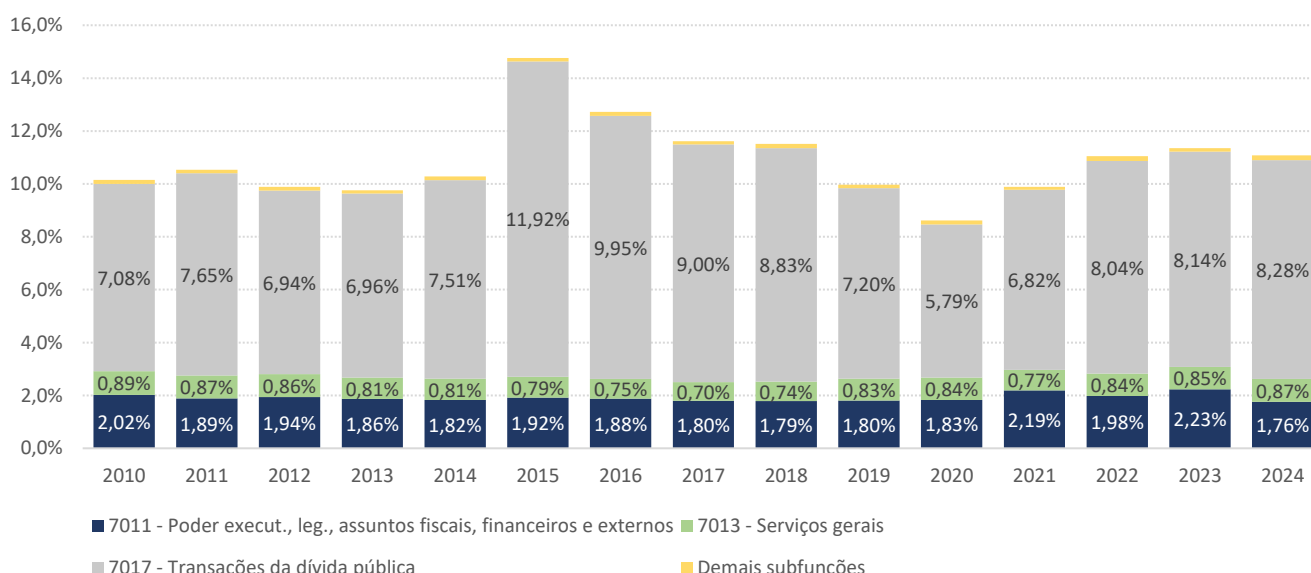
Ao analisarmos o comportamento em relação ao PIB das subfunções que compõem a rubrica de Serviços públicos gerais (gráfico 8), fica evidente que a subfunção Transações da dívida pública (7017) é a responsável pela maior parcela do gasto, seguida pela subfunção Poder executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos (7011). Juntas, as duas subfunções responderam, em média, por 90% do gasto na função entre 2010 e 2024. Entre 2023 e 2024, observou-se uma redução da despesa na subfunção Poder executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos (7011), que passou de R\$ 244,0 bilhões para R\$ 206,2 bilhões. Em termos de percentual do PIB, a redução foi de 0,47 p.p., atingindo 1,76% do PIB em 2024. Essa variação foi influenciada, principalmente, pelo aumento atípico nos pagamentos de sentenças judiciais pelo governo central em 2023. O montante observado em 2023 foi motivado pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) das ADIs nº 7.064 e nº 7.047, que impôs a quitação de passivos de precatórios em dezembro de 2023. Com a regularização desses pagamentos, os gastos da subfunção retornaram a níveis mais próximos dos anos anteriores.

Em relação à subfunção Transações da dívida pública (7017), que totalizou R\$ 972,0 bilhões em 2024, observou-se um aumento de 9,17% em relação ao ano anterior. Esse crescimento está associado, em grande parte, à elevação do custo médio do principal componente dessa subfunção, a dívida pública

federal, que passou de 10,5% em 2023 para 11,8% em 2024. Este aumento foi concentrado nas Letras do Tesouro Nacional (LTN) e nas Notas do Tesouro Nacional (NTN).⁶

Ao se analisar a subfunção Transações da dívida pública por esfera de governo, observa-se que o governo central concentrou a maior parte da despesa, com R\$ 937,7 bilhões, e um crescimento nominal de 9,44%, enquanto os governos estaduais apresentaram uma redução de 11,72%, totalizando R\$ 102,5 bilhões. Essa queda está relacionada, em parte, à suspensão temporária do pagamento da dívida do estado do Rio Grande do Sul com a União, conforme previsto na Lei Complementar nº 206/2023, que estabeleceu medidas emergenciais de apoio financeiro ao estado em razão de calamidades públicas. Nos governos municipais, a despesa com juros dívida foi de R\$ 10,4 bilhões, com um crescimento de 16,89%.

Gráfico 8. Despesa com Serviços públicos gerais por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024
 Dados em: % do PIB
 Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Ajuda econômica externa (7012), Pesquisa básica (7014), Pesquisa e desenvolvimento de serviços públicos gerais (7015), Serviços públicos gerais não especificados (7016) e Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo (7018).

Considerando a importância da subfunção Transações da Dívida Pública (7017), torna-se essencial acompanhar sua trajetória ao longo do tempo e realizar uma comparação com outros países. Conforme evidenciado no gráfico 9, os gastos do Brasil nessa categoria são significativamente superiores aos de outros grupos de países, inclusive quando comparados a economias de nível de desenvolvimento semelhante. Em 2023, o Brasil teve a maior despesa com transações da dívida pública, em relação ao PIB,

⁶ Para mais informações, ver o [Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de dez/2024](#).

entre os países analisados. Esse resultado se deve ao alto custo da dívida, influenciado por fatores como taxa de juros, perfil do endividamento e condições do mercado financeiro no país.

Gráfico 9. Despesa com Transações da dívida pública - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

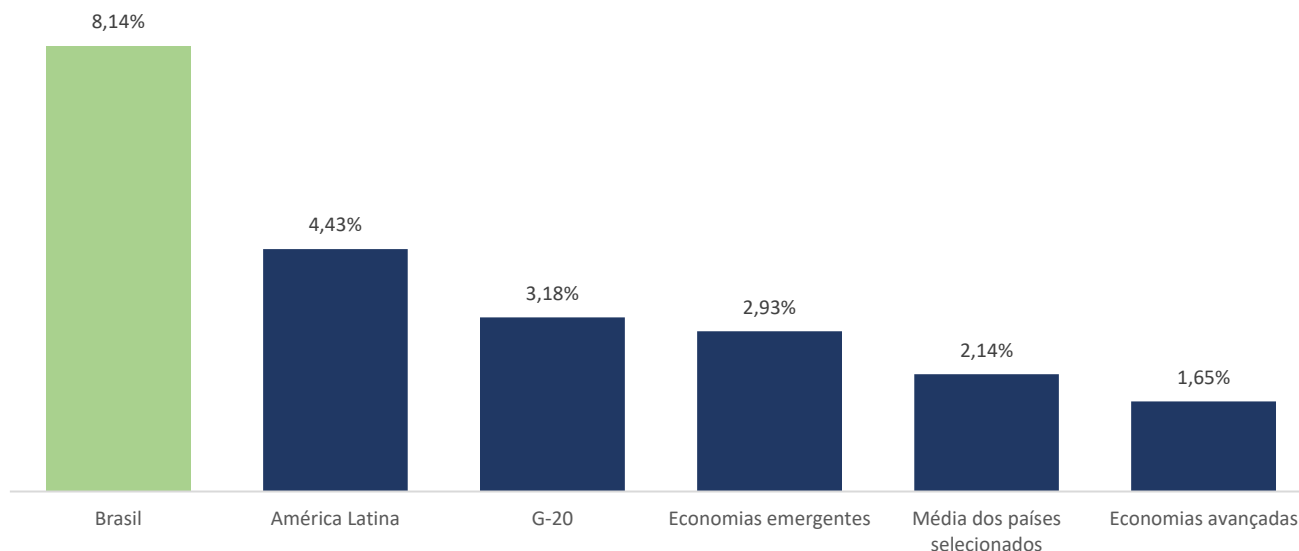
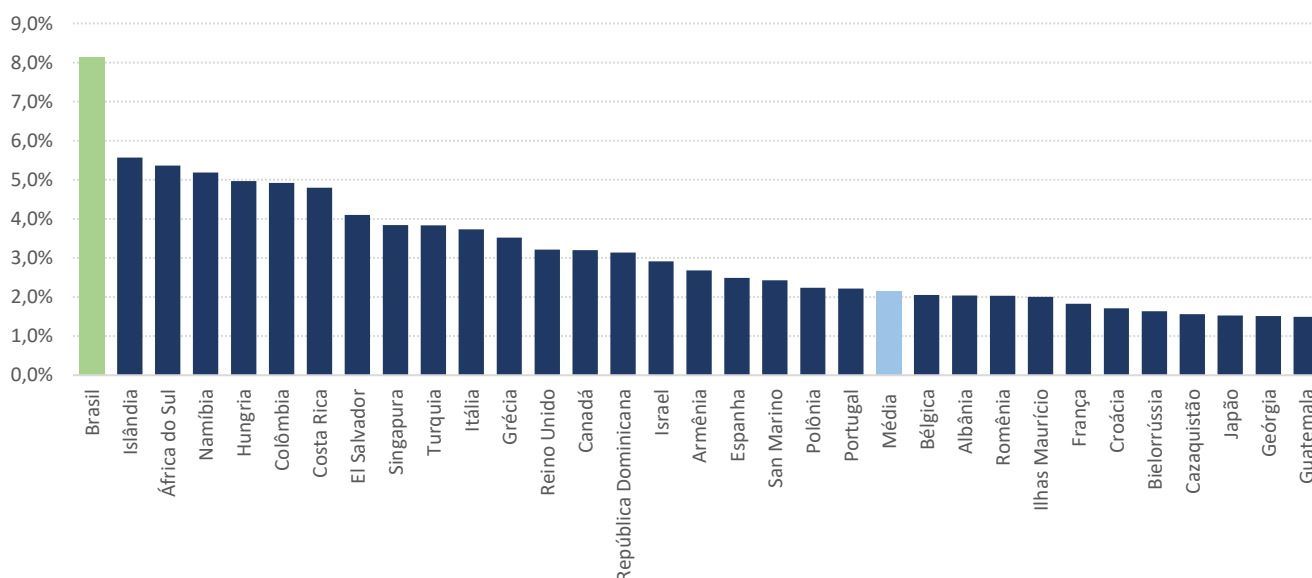


Gráfico 10. Despesa com Transações da dívida pública - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



A análise da tabela 8 indica que o governo central lidera os gastos na subfunção Transações da dívida pública (7017) em Serviços públicos gerais. Outro gasto relevante corresponde às Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo (7018). As transferências são compostas principalmente

pelas transferências do governo central ao FPE e FPM (parcelas de receitas constitucionais pertencentes aos governos estaduais e municipais), pelas compensações financeiras sobre a exploração de recursos energéticos (*royalties* e participação especial) e pelas compensações oriundas da Lei Kandir. Por sua vez, as transferências com aplicação em funções específicas (por exemplo, o FUNDEB e o FCDF) estão classificadas nas funções correspondentes.

A subfunção Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo (7018) é a mais afetada pelo ajuste de consolidação. Um exemplo de ajuste de consolidação ocorre quando o governo central realiza uma transferência para os governos estaduais. Nesse caso, essa despesa deve ser eliminada ao mesmo tempo em que também se desconsidera a receita de transferência registrada por esses estados, uma vez que o objetivo principal é analisar os dados para um setor mais amplo, o de governo geral. Exatamente por essa razão, o valor nessa subfunção da esfera Governo Geral é nulo. Em 2024, o valor consolidado dos fluxos de transferências de caráter geral entre as esferas de governo foi de R\$ 745,1 bilhões, sendo que o governo central é responsável por aproximadamente 74% do montante dessas transferências intergovernamentais.

Tabela 8. Despesa com Serviços públicos gerais por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB

Despesa Serviços públicos gerais	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
701 - Serviços públicos gerais	1.554.396	400.209	176.416	-829.442	1.301.580
7011 - Poderes executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos	45.217	95.207	70.984	-5.212	206.195
7012 - Ajuda econômica externa	0	0	0	0	0
7013 - Serviços gerais	4.295	5.592	92.149	-182	101.854
7014 - Pesquisa básica	3.584	0	993	-31	4.546
7015 - P&D de serviços públicos gerais	36	19	1	0	56
7016 - Serviços públicos gerais não especificados	15.406	0	1.862	-331	16.937
7017 - Transações da dívida pública	937.681	102.522	10.409	-78.621	971.991
7018 - Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo	548.176	196.870	19	-745.065	0

Nota 1: Dados preliminares.

A tabela 9 apresenta a combinação matricial das classificações econômica e funcional das despesas do governo geral na função Serviços públicos gerais. As principais despesas, além do gasto com juros da dívida pública, são remuneração de empregados e uso de bens e serviços, que representam,

respectivamente, 14,2% e 6,8% da despesa da função em 2024. Tanto os gastos com remuneração de empregados quanto com uso de bens e serviços são majoritariamente concentrados nas subfunções Poderes executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos (7011) e Serviços gerais (7013).

Tabela 9. Classificação econômica e funcional da despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ milhões

Fonte: STN, SOF, IBGE e BCB

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Juros	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
701 - Serviços públicos gerais	184.780	88.607	971.991	12.760	43.441	1.301.580
7011 - Poderes executivo, legislativo, assuntos fiscais, financeiros e externos	116.691	53.230	0	7.208	29.065	206.195
7012 - Ajuda econômica externa	0	0	0	0	0	0
7013 - Serviços gerais	60.328	33.156	0	4.202	4.168	101.854
7014 - Pesquisa básica	738	227	0	446	3.135	4.546
7015 - P&D de serviços públicos gerais	49	2	0	0	6	56
7016 - Serviços públicos gerais não especificados	6.974	1.992	0	904	7.067	16.937
7017 - Transações da dívida pública	0	0	971.991	0	0	971.991
7018 - Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo	0	0	0	0	0	0

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

Na análise internacional, em 2023, a despesa do governo geral brasileiro na função de Serviços públicos gerais (11,35% do PIB) foi maior do que a média observada em todas as economias consideradas na amostra (5,51% do PIB), fato este explicado, conforme citado anteriormente, pelo elevado gasto com juros da dívida pública.

Gráfico 10. Despesa com Serviços públicos gerais - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

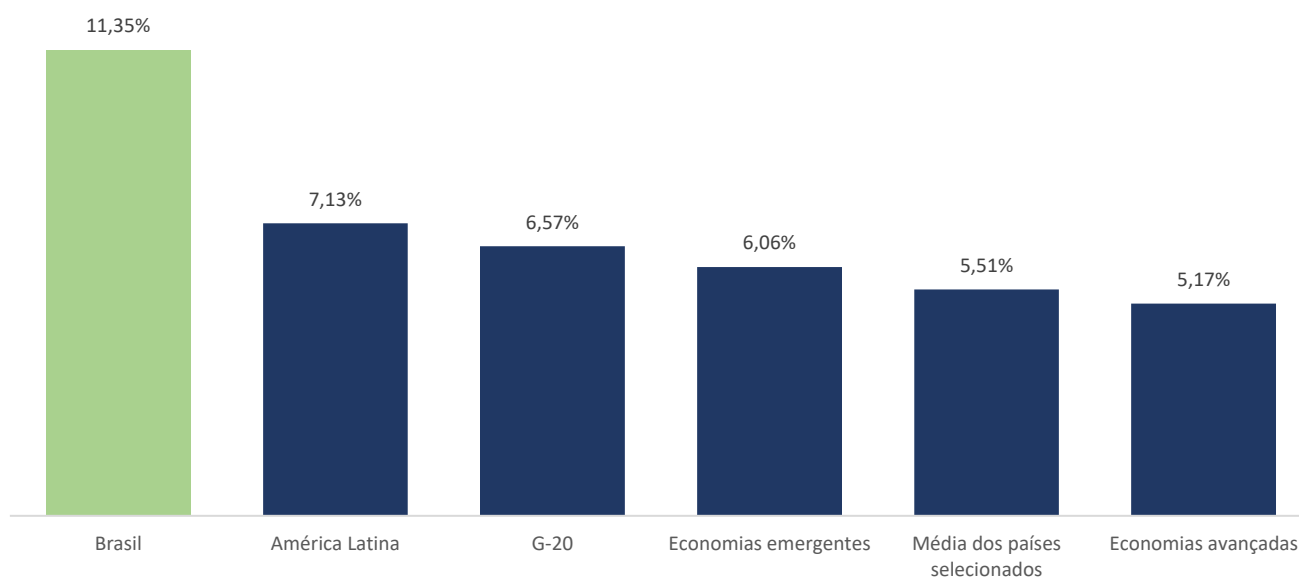
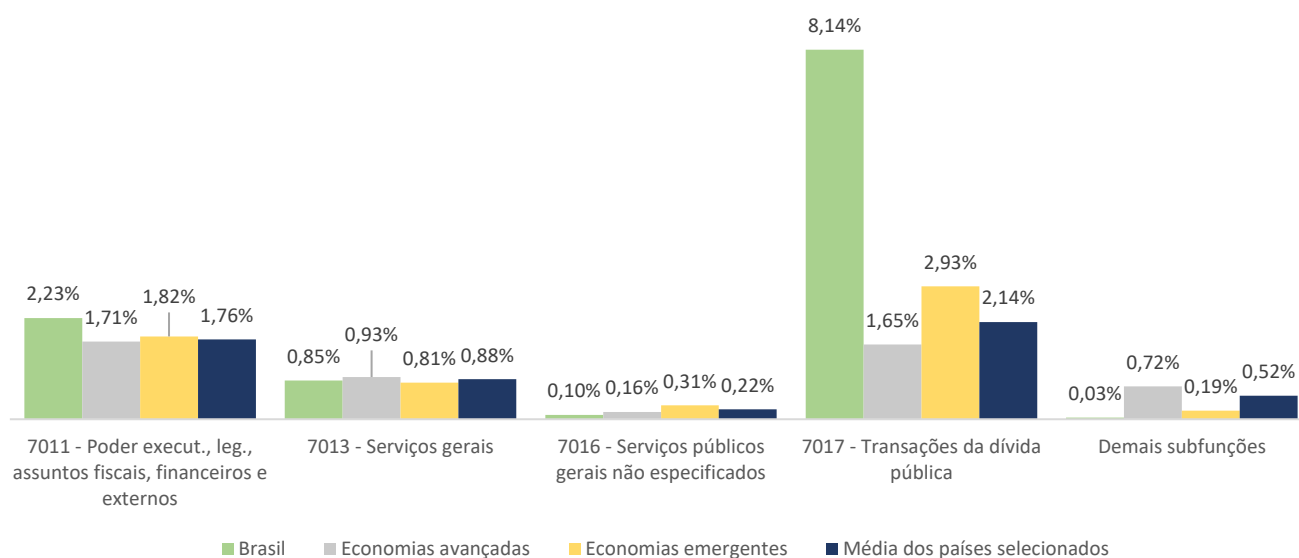


Gráfico 11. Despesa com Serviços públicos gerais por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Ajuda econômica externa (7012), Pesquisa básica (7014), Pesquisa e desenvolvimento de serviços públicos gerais (7015) e Transferências de caráter geral entre diferentes níveis de governo (7018).

1.3. Saúde

Entre 2023 e 2024, observou-se crescimento nominal de 14,44% nos gastos realizados na função Saúde, que passaram de R\$ 516,4 bilhões para R\$ 591,0 bilhões. Esse avanço também se refletiu na elevação do percentual dessa rubrica em relação à despesa total, que passou de 10,41% em 2023 para 10,99% em 2024. Já em relação ao PIB, os gastos aumentaram 0,31 p.p., passando de 4,72% para 5,03% do PIB.

Tabela 10. Despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
707 - Saúde	516.411	590.982	10,41%	10,99%	4,72%	5,03%
7071 - Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	44.324	50.932	0,89%	0,95%	0,41%	0,43%
7072 - Serviços ambulatoriais	144.973	164.541	2,92%	3,06%	1,32%	1,40%
7073 - Serviços hospitalares	280.452	322.069	5,66%	5,99%	2,56%	2,74%
7074 - Serviços de saúde pública	10.310	13.021	0,21%	0,24%	0,09%	0,11%
7075 - P&D da saúde	4.162	4.907	0,08%	0,09%	0,04%	0,04%
7076 - Saúde não especificada	32.190	35.513	0,65%	0,66%	0,29%	0,30%

Nota 1: Dados preliminares

Ao detalhar as subfunções, os Serviços hospitalares (7073) se destacaram como a principal despesa da função Saúde, representando 5,99% da despesa total e 2,74% do PIB em 2024. Essa subfunção registrou um crescimento nominal de 14,84%, refletindo esforços contínuos para manter e ampliar o atendimento hospitalar no país. Os gastos incluem prioritariamente serviços de média e alta complexidade realizados no SUS, abrangendo atendimentos especializados, consultas, exames, tratamentos, internações e outros procedimentos que demandam infraestrutura hospitalar.

Os Serviços ambulatoriais (7072) também se destacaram, com um crescimento nominal de 13,50%, representando 3,06% da despesa total e 1,40% do PIB em 2024. Essa subfunção está voltada principalmente à atenção primária à saúde, essencial para a prevenção de doenças e o atendimento básico da população. Incluem-se aqui serviços prestados em Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros de saúde, postos de atendimento e outras estruturas semelhantes, que desempenham um papel fundamental na promoção da saúde e na descentralização do acesso aos cuidados básicos. Esse crescimento reflete a prioridade dada à ampliação e ao fortalecimento da rede de atenção primária, que é a porta de entrada para o sistema de saúde.

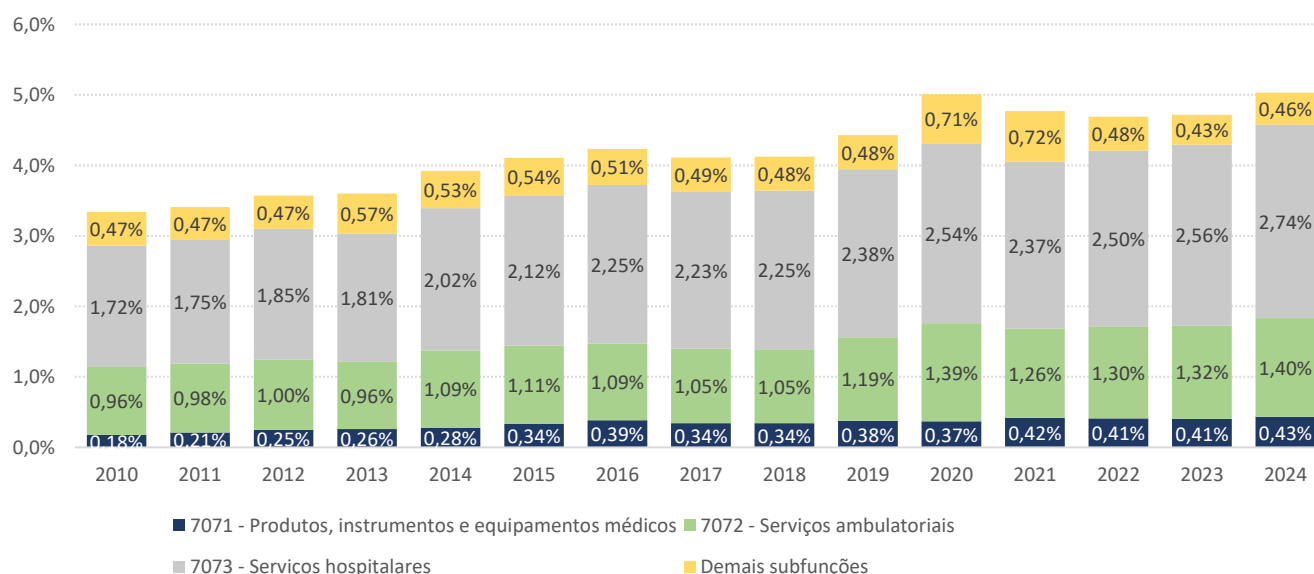
Destacaram-se ainda os gastos com os Serviços de saúde pública (7074), que apresentaram uma elevação nominal de 26,29% nos gastos, o que resultou em uma ampliação na participação dessa subfunção de 0,21% para 0,24% da despesa total e de 0,09% para 0,11% do PIB entre 2023 e 2024. Essa subfunção engloba ações essenciais para a promoção e proteção da saúde coletiva, como a detecção de doenças, campanhas de prevenção (incluindo programas de imunização e vacinação), monitoramento de indicadores de saúde (como nutrição infantil e condições sanitárias) e coleta de dados epidemiológicos.

A subfunção Produtos, instrumentos e equipamentos médicos (7071) apresentou relativa estabilidade em relação ao PIB (0,43%) e registrou um crescimento nominal de 14,91% entre 2023 e 2024. Essa subfunção abrange programas fundamentais para o atendimento à saúde da população, incluindo a distribuição e aquisição de medicamentos essenciais, imunobiológicos (como vacinas e soros), além de iniciativas como o programa Farmácia Popular, que amplia o acesso a medicamentos a preços reduzidos. Essas ações são realizadas de forma descentralizada, atendendo tanto às necessidades locais dos estados e municípios quanto às políticas de saúde coordenadas pelo governo central, garantindo a capilaridade e a abrangência dos serviços oferecidos.

Gráfico 12. Despesa com Saúde por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Serviços de saúde pública (7074), Pesquisa e desenvolvimento da saúde (7075) e Saúde não especificada (7076).

No Brasil, a responsabilidade pelas despesas com saúde é compartilhada entre as esferas de governo - central, estadual e municipal - conforme definido na Constituição Federal de 1988. Esse modelo descentralizado busca garantir o acesso universal à saúde, promovendo a integração e a eficiência dos

serviços. O governo central coordena o SUS, estabelecendo políticas nacionais, financiando a assistência de alta complexidade e investindo em pesquisa. Os governos estaduais complementam essa atuação, gerenciando hospitais e políticas de saúde em nível regional. Já os governos municipais são responsáveis principalmente pela atenção básica, incluindo postos de saúde, vacinação e promoção da saúde.

A distribuição das despesas reflete esse arranjo federativo. Em 2024, o gasto total com saúde do governo geral foi de R\$ 591,0 bilhões, sendo aproximadamente 40% dos governos municipais, 31% do governo central e 29% dos governos estaduais (sem considerar os ajustes por consolidação). As subfunções evidenciam as seguintes especializações:

- Serviços ambulatoriais (7072): os governos municipais lideraram com R\$ 134,9 bilhões, representando 56,7% do gasto da subfunção.
- Serviços hospitalares (7073): os governos estaduais tiveram o maior peso, com R\$ 166,0 bilhões (36,9% do gasto), pouco acima dos gastos dos governos municipais (R\$ 156,1 bilhões).
- Produtos, instrumentos e equipamentos médicos (7071) e Pesquisa e desenvolvimento da saúde (7075): o governo central respondeu por 63,4% e 97,3% do gasto, respectivamente, evidenciando seu papel estratégico em políticas nacionais e pesquisa.
- Serviços de saúde pública (7074): o governo central é o principal financiador, responsável por 47,5% do gasto dessa subfunção.

Essa configuração ilustra a hierarquia federativa na saúde, permitindo uma distribuição de responsabilidades alinhada às necessidades locais e nacionais.

Tabela 11. Despesa com Saúde por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesas com Saúde	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
707 - Saúde	247.715	232.654	325.058	-214.445	590.982
7071 - Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	35.168	11.338	8.973	-4.548	50.932
7072 - Serviços ambulatoriais	61.439	41.583	134.926	-73.406	164.541
7073 - Serviços hospitalares	127.178	165.975	156.064	-127.148	322.069
7074 - Serviços de saúde pública	9.386	5.374	5.016	-6.754	13.021
7075 - P&D da saúde	4.785	101	30	-9	4.907
7076 - Saúde não especificada	9.759	8.283	20.049	-2.578	35.513

Nota 1: Dados preliminares

Ao analisarmos a interseção entre a classificação funcional e econômica da despesa (tabela 12), destaca-se a predominância dos dispêndios em uso de bens e serviços e remuneração de empregados (salários e contribuições sociais efetivas). A categoria uso de bens e serviços representou 36,37% do total da função Saúde (R\$ 214,9 bilhões), concentrando-se principalmente nas subfunções Serviços hospitalares (R\$ 130,2 bilhões) e Serviços ambulatoriais (R\$ 51,3 bilhões), o que demonstra a relevância dos custos operacionais e insumos médicos.

Remuneração de empregados foi a segunda maior categoria, com 35,86% do total (R\$ 211,9 bilhões), com predominância dos Serviços hospitalares (R\$ 99,8 bilhões) e Serviços ambulatoriais (R\$ 87,4 bilhões), o que reflete o grande contingente de profissionais envolvidos no SUS. A relevância dessas duas categorias (remuneração de empregados e uso de bens e serviços) indica o papel central da força de trabalho e dos insumos no funcionamento do Sistema.

O investimento bruto, por sua vez, somou R\$ 16,7 bilhões, representando 2,83% do total, sendo direcionado principalmente para Serviços hospitalares (R\$ 7,9 bilhões) e Serviços ambulatoriais (R\$ 6,0 bilhões). Dentre os investimentos realizados, destacam-se ações relacionadas a construção, reforma e aparelhamento das unidades de saúde, ampliação da frota de ambulâncias, dentre outras.

Tabela 12. Classificação econômica e funcional da despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024
 Dados em: R\$ Milhões
 Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
707 - Saúde	211.899	214.925	1.469	16.719	145.971	590.982
7071 - Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	1.405	12.313	191	263	36.759	50.932
7072 - Serviços ambulatoriais	87.401	51.284	496	5.966	19.394	164.541
7073 - Serviços hospitalares	99.810	130.244	637	7.906	83.472	322.069
7074 - Serviços de saúde pública	4.654	5.324	9	485	2.549	13.021
7075 - P&D da saúde	3.014	1.026	7	597	262	4.907
7076 - Saúde não especificada	15.615	14.733	129	1.502	3.534	35.513

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

Em 2023, a análise comparativa internacional dos gastos como percentual do PIB revela que os 4,72% do PIB destinados pelo Brasil para a função Saúde foi inferior à média dos países selecionados (5,69%) e de grupos como economias avançadas (6,68%) e G-20 (7,15%). Contudo, o valor brasileiro supera a média das economias emergentes (4,11%). Esses valores resultam em grande medida do fato que a proporção

das despesas conferidas à saúde é influenciada por fatores demográficos, e economias avançadas possuem, em geral, uma estrutura etária mais envelhecida. Apesar do percentual abaixo da média global, o Brasil possui o SUS, que garante acesso à saúde universal e gratuito. Isso demonstra a importância de avaliar não apenas o volume de recursos, mas também a eficiência na sua aplicação.

Gráfico 13. Despesa com Saúde - Governo Geral - Brasil e países selecionados- Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

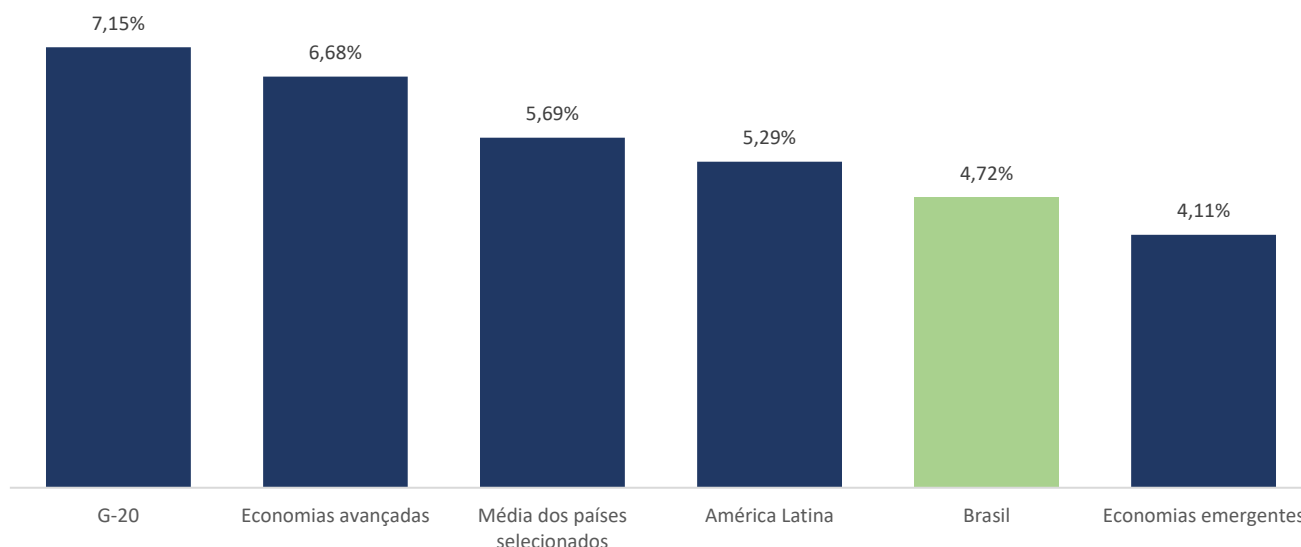
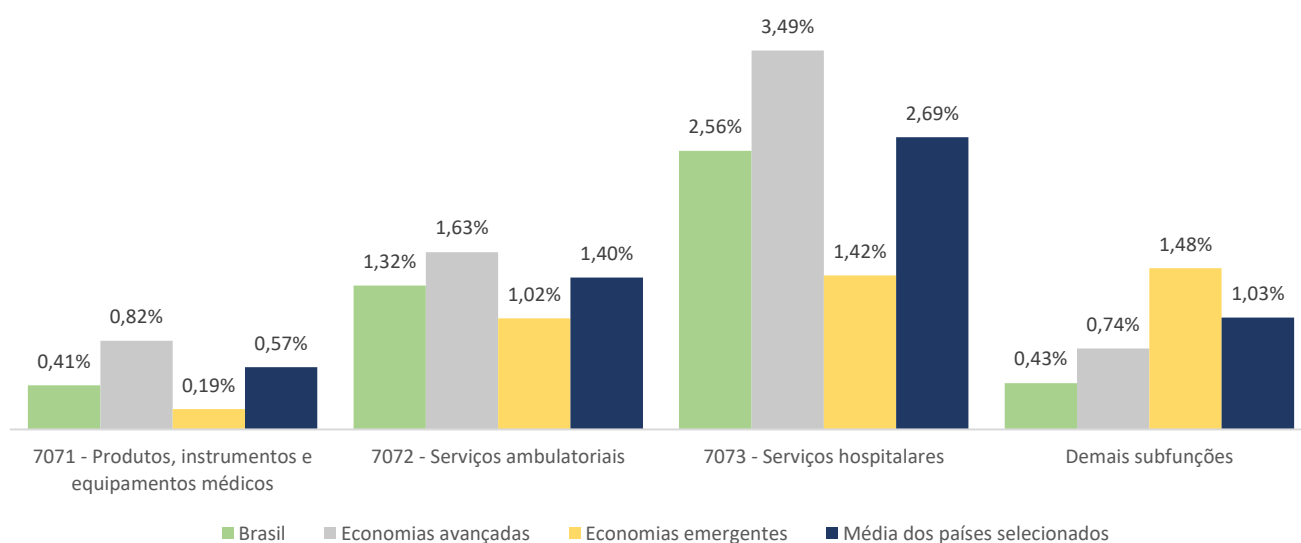


Gráfico 14. Despesa com Saúde por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados- Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Serviços de saúde pública (7074), Pesquisa e desenvolvimento da saúde (7075) e Saúde não especificada (7076).

1.4. Educação

Na função Educação, em 2024, o governo geral gastou R\$ 599,2 bilhões, o que representou 5,10% do PIB e 11,14% da despesa total. Em relação a 2023, houve crescimento nominal de 10,96% da despesa com Educação, o que representa uma elevação de 0,17 p.p. do PIB.

Ao detalhar as subfunções, destacam-se os desembolsos de R\$ 242,8 bilhões com Educação infantil e ensino fundamental I (7091) e de R\$ 201,1 bilhões com Ensino fundamental II e médio (7092). Juntas, essas subfunções responderam por 74,1% das despesas com Educação. Além dessas, outra importante subfunção corresponde ao Ensino superior (7094), que atingiu R\$ 85,5 bilhões e representou 14,3% do total gasto com Educação pelo governo geral.

No que se refere à variação em relação a 2023, percebe-se que o aumento em 2024 é explicado principalmente pela educação básica. A despesa na subfunção Educação infantil e ensino fundamental I (7091) apresentou elevação nominal de 11,69%, enquanto o Ensino fundamental II e médio (7092), aumentaram em 10,60%. Em termos de percentual do PIB, a primeira subfunção teve crescimento de 0,08 p.p. do PIB, enquanto o aumento da segunda foi de 0,05 p.p. do PIB.

Tabela 13. Despesa com Educação - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
709 – Educação	539.973	599.178	10,89%	11,14%	4,93%	5,10%
7091 - Educação infantil e ensino fundamental I	217.376	242.793	4,38%	4,51%	1,99%	2,07%
7092 - Ensino fundamental II e médio	181.859	201.144	3,67%	3,74%	1,66%	1,71%
7093 - Ensino pós-secundário e não superior	5.365	4.560	0,11%	0,08%	0,05%	0,04%
7094 - Ensino superior	79.038	85.452	1,59%	1,59%	0,72%	0,73%
7095 - Ensino não classificável por nível	7.442	10.126	0,15%	0,19%	0,07%	0,09%
7096 - Serviços auxiliares da educação	34.324	40.240	0,69%	0,75%	0,31%	0,34%
7097 – P&D da educação	2.059	1.704	0,04%	0,03%	0,02%	0,01%
7098 - Educação não especificada	12.510	13.160	0,25%	0,24%	0,11%	0,11%

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Ensino fundamental I corresponde aos 5 primeiros anos do ensino fundamental.

A elevação da despesa com educação em 2024 reforçou a tendência de aumento da despesa iniciada em 2022, após um período de redução observada de 2019 a 2021. Como a Educação é um serviço intensivo em mão de obra, as dinâmicas salariais têm um efeito substancial na trajetória da despesa. Para os ensinos

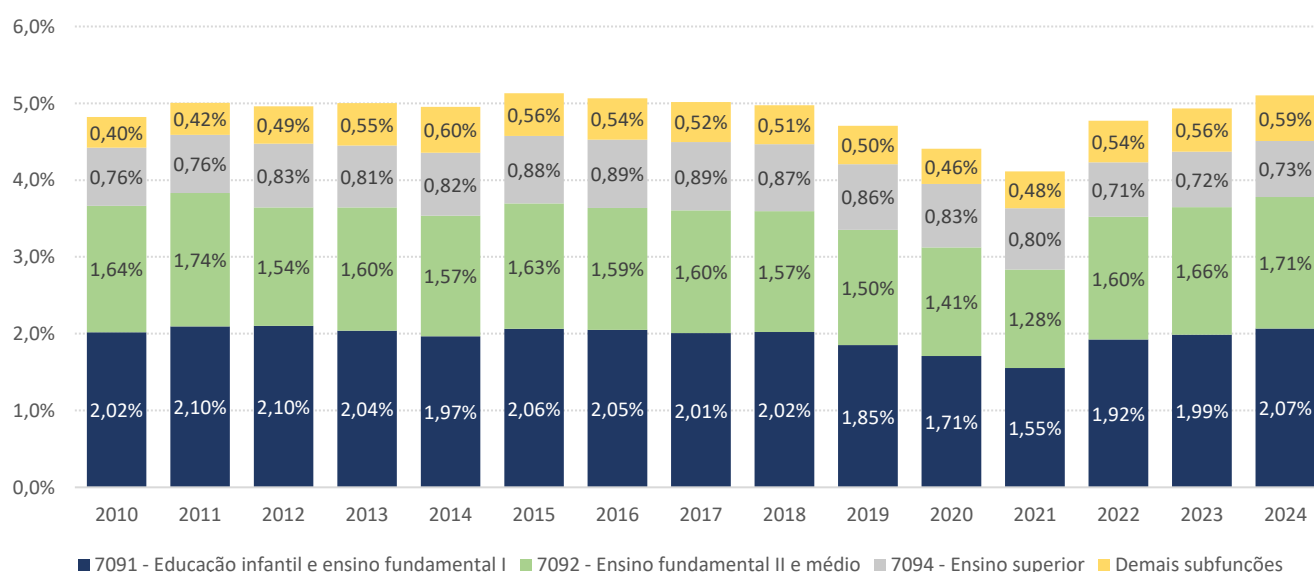
infantil, fundamental e médio, as variações nos últimos anos da série foram influenciadas pelo Piso Nacional do Magistério, que apresentou aumento de 33,24% em 2022 e 14,95% em 2023. Esta dinâmica recente do piso do magistério está relacionada ao programa federativo de enfrentamento à COVID-19, que restringiu o reajuste a servidores no período de emergência sanitária⁷.

Em 2024, o aumento do piso foi de 3,62%, abaixo da inflação no período, mas há de se ressaltar que, para muitos municípios, os reajustes anuais são concedidos em maio, o que faz com que eles também gerem crescimento na despesa do exercício seguinte. Além disso, para os entes que remuneram acima do piso, ele não impacta diretamente os gastos com salários dos profissionais da educação. Por fim, em 2024 o aumento da despesa pode ser explicado, em geral, pelos efeitos da vinculação constitucional de despesas às receitas, em ambiente de crescimento das receitas, e pelo aumento da complementação da União ao FUNDEB, que registrou aumento nominal de 26,8%, ou R\$ 10 bilhões, entre 2023 e 2024.

Gráfico 15. Despesa com Educação por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Ensino pós-secundário e não superior (7093), Ensino não classificável por nível (7095), Serviços auxiliares da educação (7096), Pesquisa e desenvolvimento da educação (7097) e Educação não especificada (7098).

Na tabela 14, são apresentados os valores gastos com a função Educação por esferas de governo. O governo central foi responsável pelo gasto de R\$ 250,2 bilhões em 2024, incluindo transferências a entes subnacionais, enquanto os governos estaduais e os governos municipais gastaram R\$ 226,4 bilhões e R\$ 309,5 bilhões, respectivamente.

⁷ Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Para o governo central, as subfunções mais representativas são Educação infantil e ensino fundamental I (7091), com R\$ 114,6 bilhões, Ensino fundamental II e médio (7092), R\$ 59,3 bilhões, e Ensino superior (7094), R\$ 50,3 bilhões. Destaca-se que, no caso do Ensino superior, quase a totalidade da despesa é executada de forma direta, enquanto nas outras duas subfunções estão incluídas as transferências para entes da federação, notadamente aos governos municipais. Nesse sentido, vale ressaltar que, no arranjo federativo brasileiro, o governo central se encarrega da provisão da maior parte dos serviços relacionados com o Ensino superior (7094), ao passo que os ensinos infantil, fundamental e médio são atribuições delegadas, em sua maior parcela, aos governos estaduais e municipais.

Contudo, segundo a COFOG, as transferências intergovernamentais, à exceção daquelas de caráter geral (7018), devem ser classificadas nas suas funções correspondentes. Isso quer dizer que as transferências vinculadas especificamente à educação efetuadas pelo governo central, como aquelas no âmbito do FUNDEB e da contribuição do salário-educação, devem constar como despesas na função Educação do governo central, mesmo sendo efetivamente executadas pelos governos regionais. Posteriormente, para gerar os valores do governo geral, tais transferências são consolidadas, de modo a evitar a dupla contagem.

Por sua vez, nos governos estaduais a principal subfunção corresponde ao Ensino fundamental II e médio (7092) com gasto de R\$ 146,1 bilhões em 2024. Já para os governos municipais predomina a subfunção Educação infantil e ensino fundamental I (7091) (R\$ 221,6 bilhões). Assim como no caso do governo central, essa predominância da despesa de cada esfera em subfunções específicas reflete o arranjo federativo brasileiro. Os governos estaduais são responsáveis por coordenar e executar políticas educacionais de acordo com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo governo central. Além disso, os estados gerenciam as escolas estaduais, promovem programas educacionais específicos para atender às demandas regionais e contribuem financeiramente para a educação básica e o ensino superior. Os governos municipais, por sua vez, atuam na gestão das escolas municipais, oferecendo educação infantil e ensino fundamental, colaboram financeiramente para a educação básica, além de apoiarem programas específicos que atendam às necessidades educacionais locais.

Tabela 14. Despesa com Educação por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesas com Educação	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
709 - Educação	250.239	226.431	309.523	-187.015	599.178
7091 - Educação infantil e ensino fundamental I	114.630	22.032	221.637	-115.506	242.793
7092 - Ensino fundamental II e médio	59.341	146.067	49.559	-53.824	201.144
7093 - Ensino pós-secundário e não superior	2.770	1.469	327	-7	4.560
7094 - Ensino superior	50.307	32.893	2.368	-115	85.452
7095 - Ensino não classificável por nível	9.978	67	123	-44	10.126
7096 - Serviços auxiliares da educação	6.534	20.029	30.433	-16.756	40.240
7097 - P&D da educação	1.702	0	2	0	1.704
7098 - Educação não especificada	4.977	3.874	5.073	-764	13.160

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Ensino fundamental I corresponde aos 5 primeiros anos do ensino fundamental.

Conforme frisado anteriormente, a educação é um serviço intensivo em mão de obra, e o cruzamento entre as classificações funcional e econômica permite constatar que, do total gasto nesta função, a maior parte corresponde à categoria remuneração de empregados, que alcançou R\$ 411,2 bilhões em 2024. Desse montante, R\$ 327,8 bilhões foram gastos com as subfunções Educação infantil e ensino fundamental I (7091) e Ensino fundamental II e médio (7092). A segunda maior categoria econômica diz respeito ao uso de bens e serviços (R\$ 119,5 bilhões), que reporta gastos com a manutenção e oferta de serviços pelo Estado.

Tabela 15. Classificação econômica e funcional da despesa com Educação - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
709 - Educação	411.179	119.530	9.148	25.584	33.736	599.178
7091 - Educação infantil e ensino fundamental I	169.058	42.344	187	12.937	18.267	242.793
7092 - Ensino fundamental II e médio	158.738	20.131	7.008	6.969	8.298	201.144
7093 - Ensino pós-secundário e não superior	3.033	977	29	199	321	4.560
7094 - Ensino superior	67.093	12.579	1.048	2.536	2.196	85.452
7095 - Ensino não classificável por nível	8.170	1.420	94	396	45	10.126
7096 - Serviços auxiliares da educação	507	34.032	578	1.539	3.583	40.240

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
7097 – P&D da educação	1.486	24	153	2	39	1.704
7098 - Educação não especificada	3.094	8.023	51	1.004	987	13.160

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

Nota 3: Ensino fundamental I corresponde aos 5 primeiros anos do ensino fundamental.

Na comparação internacional, o Brasil apresentou, em 2023, o maior nível de despesa em Educação entre os grupos analisados, com 4,93% do PIB. Esse percentual superou não apenas a média dos países selecionados (4,66% do PIB), mas também os valores observados em economias avançadas (4,83%), no G-20 (4,67%), em economias emergentes (4,38%) e nos países da América Latina (4,20%). No gráfico 17, são apresentados os gastos com as subfunções da Educação, por percentual do PIB, dos países selecionados e do Brasil. Pode-se observar que, comparativamente à média dos países selecionados, o governo geral brasileiro se destaca com maiores percentuais em relação à Educação infantil e ensino fundamental I (1,99% do PIB) e Ensino fundamental II e médio (1,66% do PIB). No entanto, para a maioria das demais subfunções, o percentual do governo geral é inferior à média mundial, como é o caso de Ensino superior (0,72% do PIB).

Gráfico 16. Despesa com Educação - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

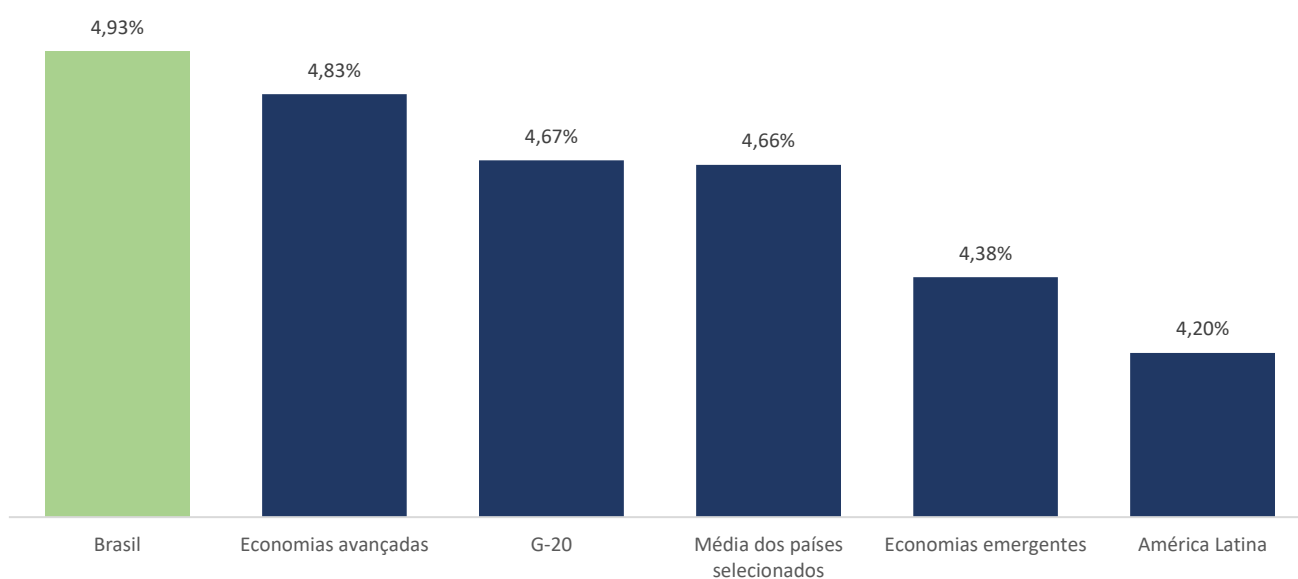
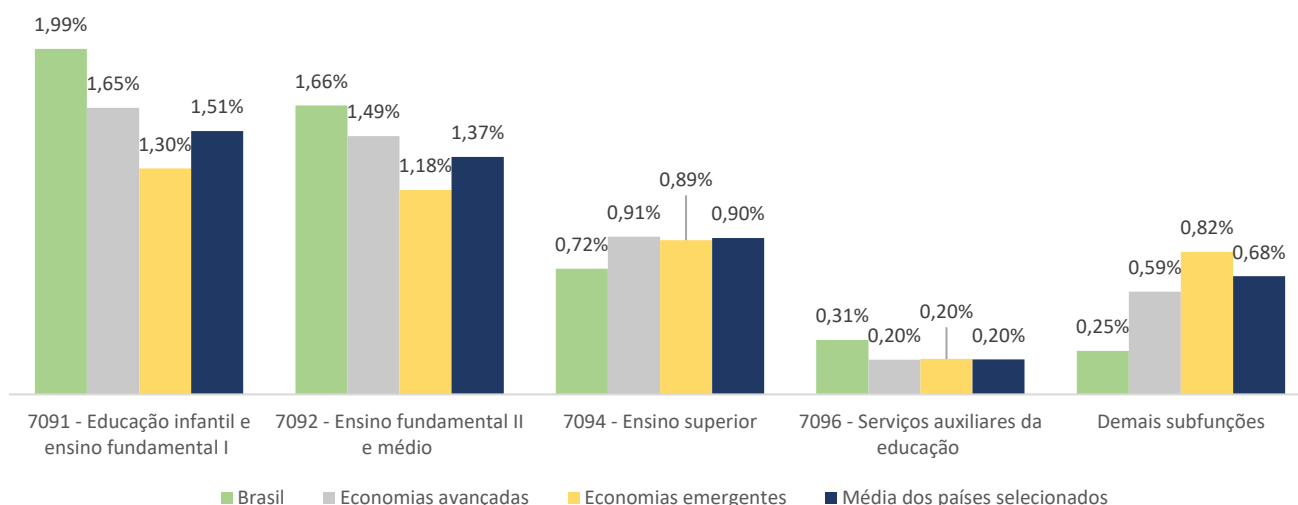


Gráfico 17. Despesa com Educação por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2022
Dados em: % do PIB
Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Ensino pós-secundário e não superior (7093), Ensino não classificável por nível (7095), Pesquisa e desenvolvimento da educação (7097) e Educação não especificada (7098).

1.5. Ordem pública e segurança

Os gastos na função Ordem pública e segurança (703) apresentaram um aumento significativo de 2023 para 2024, passando de R\$ 311,4 bilhões para R\$ 347,0 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 11,44%. A participação dessa função na despesa total também apresentou elevação, de 6,28% para 6,45%. Em relação ao PIB, igualmente houve crescimento, passando de 2,85% do PIB em 2023 para 2,95% em 2024.

Tabela 16. Despesas com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024
Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB
Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
703 - Ordem pública e segurança	311.371	346.997	6,28%	6,45%	2,85%	2,95%
7031 - Serviços de polícia	117.514	126.154	2,37%	2,35%	1,07%	1,07%
7032 - Serviços de proteção contra incêndios	8.941	9.567	0,18%	0,18%	0,08%	0,08%
7033 - Tribunais de justiça	156.636	181.510	3,16%	3,38%	1,43%	1,55%
7034 - Estabelecimentos prisionais	26.059	27.523	0,53%	0,51%	0,24%	0,23%
7035 - P&D de ordem pública e segurança	92	95	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7036 - Ordem pública e segurança não especificada	2.130	2.148	0,04%	0,04%	0,02%	0,02%

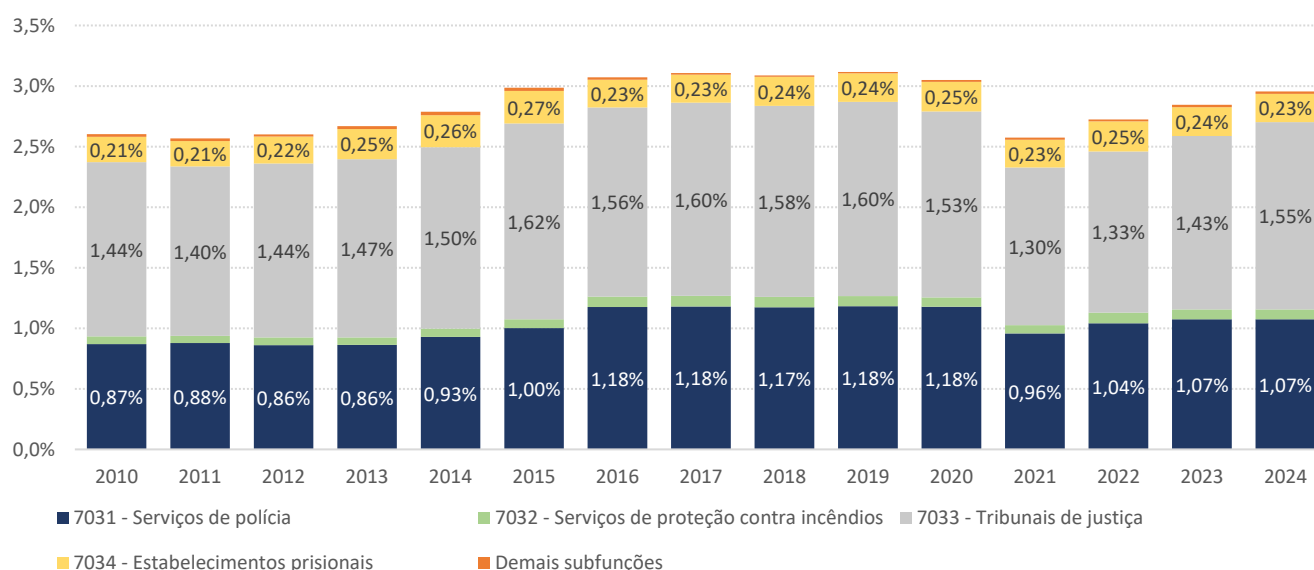
Nota 1: Dados preliminares.

O crescimento nominal dos gastos em Ordem pública e segurança em 2024 foi impulsionado principalmente pelos gastos nas subfunções Tribunais de justiça (7033) e Serviços de polícia (7031), que juntos representaram 88,7% do total da função. Por outro lado, Estabelecimentos prisionais (7034) e Serviços de proteção contra incêndios (7032) apresentaram aumentos mais modestos, resultando, respectivamente, em redução e manutenção, respectivamente, de sua participação relativa em relação a 2023.

Gráfico 18. Despesa com Ordem pública e segurança por subfunção - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Pesquisa e desenvolvimento de ordem pública e segurança (7035) e Ordem pública e segurança não especificada (7036).

Na subfunção Tribunais de justiça (7033), onde estão incluídos Tribunais de justiça federais e estaduais, Ministério Público, entre outros, houve um aumento nominal de 15,88% em relação a 2023, alcançando o total de R\$ 181,5 bilhões. Essa subfunção ampliou sua participação na despesa total, de 3,16% para 3,38%, e no PIB, de 1,43% para 1,55%, consolidando-se como a mais relevante dentro da função. Dentre as esferas de governo, o maior aumento nominal da despesa com Tribunais de justiça ocorreu no âmbito dos governos estaduais (17,89%), embora também tenha ocorrido crescimento no governo central (11,87%) e nos governos municipais (9,02%).

A subfunção Serviços de polícia (7031), que abrange polícia civil, polícia militar, polícia federal, polícia rodoviária federal, entre outras, foi a segunda maior, com R\$ 126,2 bilhões em 2024, com crescimento nominal de 7,35% na comparação com 2023. Apesar disso, sua participação manteve-se praticamente estável, tanto em relação à despesa total (2,35%) quanto ao PIB (1,07%). Já os Estabelecimentos

prisionais, que somaram despesas de R\$ 27,5 bilhões em 2024, registraram um crescimento nominal de 5,62%, mas perderam, pelo segundo ano consecutivo, participação relativa, passando de 0,53% para 0,51% da despesa total e de 0,24% para 0,23% do PIB.

A distribuição do gasto brasileiro com Ordem pública e segurança entre as esferas de governo reflete a predominância dos governos estaduais. Em 2024, os governos estaduais foram responsáveis por 74,82% da despesa total nessa função, correspondendo a R\$ 265,4 bilhões do total. A predominância resulta das atribuições constitucionais dos governos estaduais, responsáveis pela segurança pública, que envolve o policiamento ostensivo e a investigação criminal, através da organização e manutenção das polícias civis e militares. Além disso, os tribunais de justiça estaduais exercem papel central no arcabouço judiciário brasileiro.

O governo central destinou R\$ 71,7 bilhões (20,22% do total, sem considerar os ajustes de consolidação) à função, direcionando recursos para a manutenção da Polícia Federal, responsável por investigar crimes federais, atuar em assuntos de interesse nacional, aplicar a legislação processual e penal, além de gerir a Polícia Rodoviária Federal. Por sua vez, os municípios foram responsáveis por R\$ 17,6 bilhões (4,97% do total), desempenhando um papel subsidiário, sobretudo em funções relacionadas à fiscalização de trânsito e ao ordenamento de atividades locais.

Entre as subfunções, os Tribunais de justiça concentraram a maior parte dos gastos, totalizando R\$ 181,5 bilhões, dos quais R\$ 126,5 bilhões foram executados pelos governos estaduais, o que equivale a 69,61% da despesa total da subfunção, desconsiderando os ajustes de consolidação. Essa concentração reflete a estrutura federativa brasileira, na qual os tribunais de justiça estaduais constituem o núcleo do Poder Judiciário nos estados, absorvendo a maior parte dos recursos. O governo central, por sua vez, foi responsável por R\$ 50,7 bilhões (27,88% do total), enquanto os governos municipais apresentaram despesas residuais de R\$ 4,6 bilhões (2,51%).

Em seguida, a subfunção Serviços de polícia assume o segundo maior gasto, com R\$ 126,2 bilhões, sendo R\$ 102,2 bilhões executados pelos governos estaduais, R\$ 16,8 bilhões pelo governo central e R\$ 12,5 bilhões pelos governos municipais.

Por outro lado, os Estabelecimentos prisionais foram responsáveis por R\$ 27,5 bilhões, sendo 97,72% desse montante executado pelos governos estaduais. Os Serviços de proteção contra incêndios, com R\$ 9,6 bilhões, também evidenciaram o protagonismo estadual, com os governos estaduais respondendo por 82,25% desse gasto, desconsiderando os ajustes de consolidação. A subfunção de Pesquisa e Desenvolvimento relacionada à Ordem Pública e Segurança apresentou a menor participação nessa função, totalizando apenas R\$ 95,0 milhões, valor totalmente executado pelo governo central.

Tabela 17. Despesa com Ordem pública e segurança por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesas com Ordem Pública e Segurança	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
703 - Ordem pública e segurança	71.717	265.416	17.616	-7.752	346.997
7031 - Serviços de polícia	16.828	102.176	12.522	-5.372	126.154
7032 - Serviços de proteção contra incêndios	1.674	9.148	300	-1.554	9.567
7033 - Tribunais de justiça	50.670	126.518	4.568	-247	181.510
7034 - Estabelecimentos prisionais	508	27.125	124	-235	27.523
7035 - P&D da ordem pública e segurança	95	0	0	0	95
7036 - Ordem pública e segurança não especificada	1.941	449	102	-345	2.148

Nota 1: Dados preliminares.

A análise da distribuição do gasto em Ordem pública e segurança em 2024, por subfunção e categoria econômica, revela que a maior parte dos recursos foi destinada à remuneração de empregados, que representou 78,09% da despesa total, somando R\$ 271,0 bilhões do total de R\$ 347,0 bilhões. Esse padrão reflete o peso significativo dos salários e encargos sociais nas subfunções principais, especialmente em Tribunais de justiça e em Serviços de polícia, que juntas concentraram mais de 90% dos gastos com pessoal na função (R\$ 141,3 bilhões em Tribunais de justiça e R\$ 104,0 bilhões em Serviços de polícia).

Tabela 18. Classificação econômica e funcional da despesa com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
703 - Ordem pública e segurança	270.975	53.908	3.463	14.125	4.527	346.997
7031 - Serviços de polícia	104.023	16.542	313	4.218	1.058	126.154
7032 - Serviços de proteção contra incêndios	7.761	919	20	692	176	9.567
7033 - Tribunais de justiça	141.295	27.025	3.034	7.852	2.304	181.510
7034 - Estabelecimentos prisionais	17.099	8.424	92	954	954	27.523
7035 - P&D de ordem pública e segurança	94	1	0	0	0	95
7036 - Ordem pública e segurança não especificada	703	997	3	409	36	2.148

Nota 1: Dados preliminares.

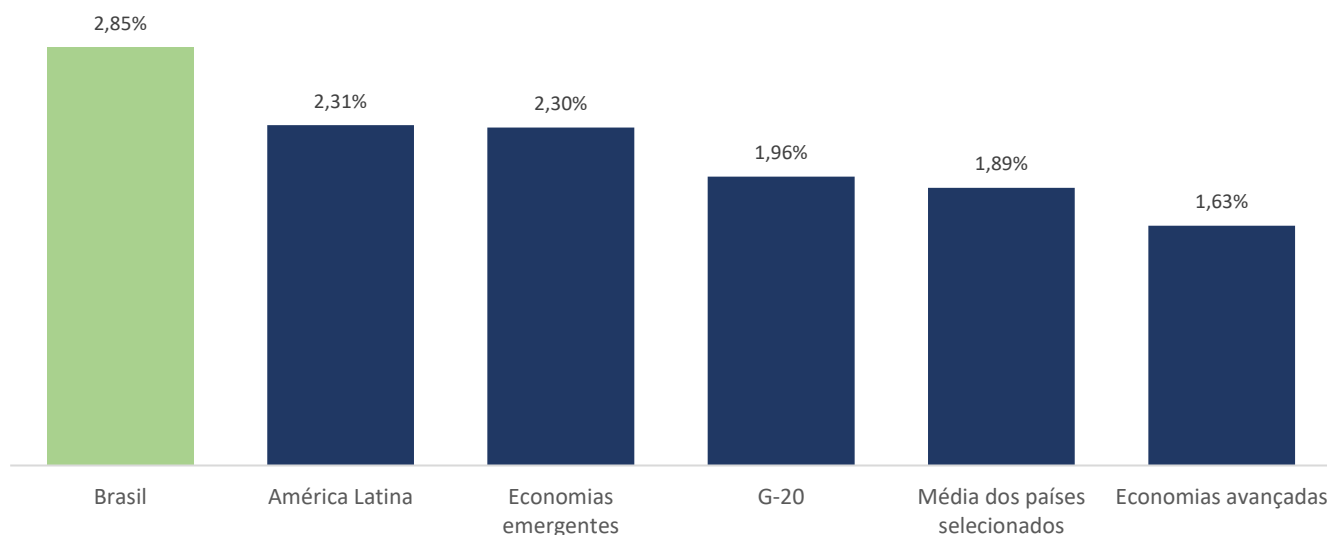
Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

A segunda categoria econômica de maior relevância na composição da despesa com a função Ordem pública e segurança foi Uso de Bens e Serviços, que totalizou R\$ 53,9 bilhões, representando 15,54% do total das despesas na função. Essa categoria engloba gastos essenciais para o funcionamento da administração pública, como vigilância ostensiva, perícia técnica, locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, pagamento de diárias e fornecimento de energia elétrica. Destacam-se, nesse contexto, as subfunções Tribunais de Justiça, com R\$ 27,0 bilhões, e Serviços de Polícia, com R\$ 16,5 bilhões, como os principais responsáveis por esses dispêndios, o que tem relação com o caráter operacional e administrativo dessas áreas.

Na sequência, os gastos classificados como investimento bruto alcançaram R\$ 14,1 bilhões (4,07% do total), que corresponde aos gastos com a infraestrutura física e modernização das operações de segurança e justiça. Os Tribunais de justiça responderam pela maior parcela dos investimentos, com R\$ 7,9 bilhões, seguidos pelos Serviços de polícia (R\$ 4,2 bilhões).

A análise internacional mostra que, em 2023, o Brasil dedicou 2,85% do PIB a Ordem pública e segurança, acima da média dos países selecionados (1,89%). Esse valor supera também os percentuais das economias emergentes (2,30%), do G-20 (1,96%) e das economias avançadas (1,63%). Esse quadro evidencia que o Brasil direciona uma parcela significativa de seu orçamento para justiça e segurança pública, destacando-se internacionalmente nesse quesito. Esse comprometimento pode estar relacionado a fatores como maior peso das atividades de Tribunais de justiça e Sistemas prisionais relativamente a outros países, além de demandas específicas de segurança interna e necessidade de investimentos em infraestrutura policial.

Gráfico 19. Despesa com Ordem pública e segurança - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
 Dados em: % do PIB
 Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

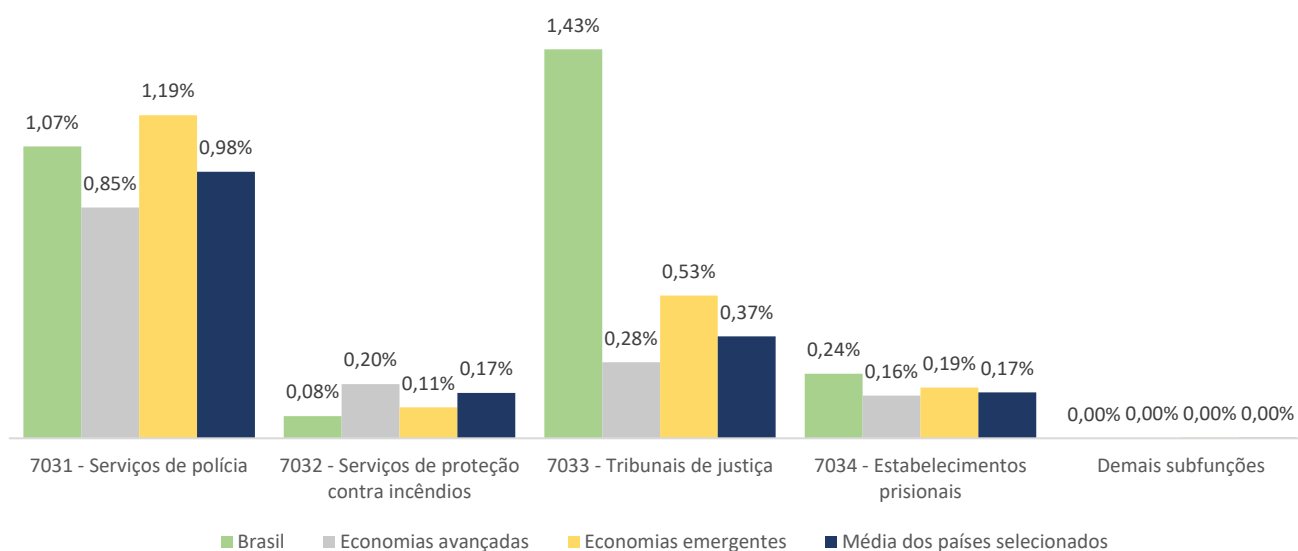


Especificamente quanto aos gastos com Tribunais de justiça, destaca-se que o Brasil apresenta gastos significativamente superior à média dos países selecionados. Em 2023, a despesa brasileira com essa subfunção atingiu 1,43% do PIB, muito acima da média dos países selecionados (0,37% do PIB) e dos percentuais observados tanto em economias avançadas (0,28% do PIB) quanto em economias Emergentes (0,53% do PIB). Entre os 50 países analisados, o Brasil apresentou a segunda maior proporção de gasto com Tribunais de Justiça em relação ao PIB, (1,43%) valor inferior apenas ao registrado por El Salvador (1,45%). Esse resultado posiciona o país entre os que mais destinam recursos públicos ao funcionamento do sistema judicial.

Gráfico 20. Despesa com Ordem pública e segurança por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

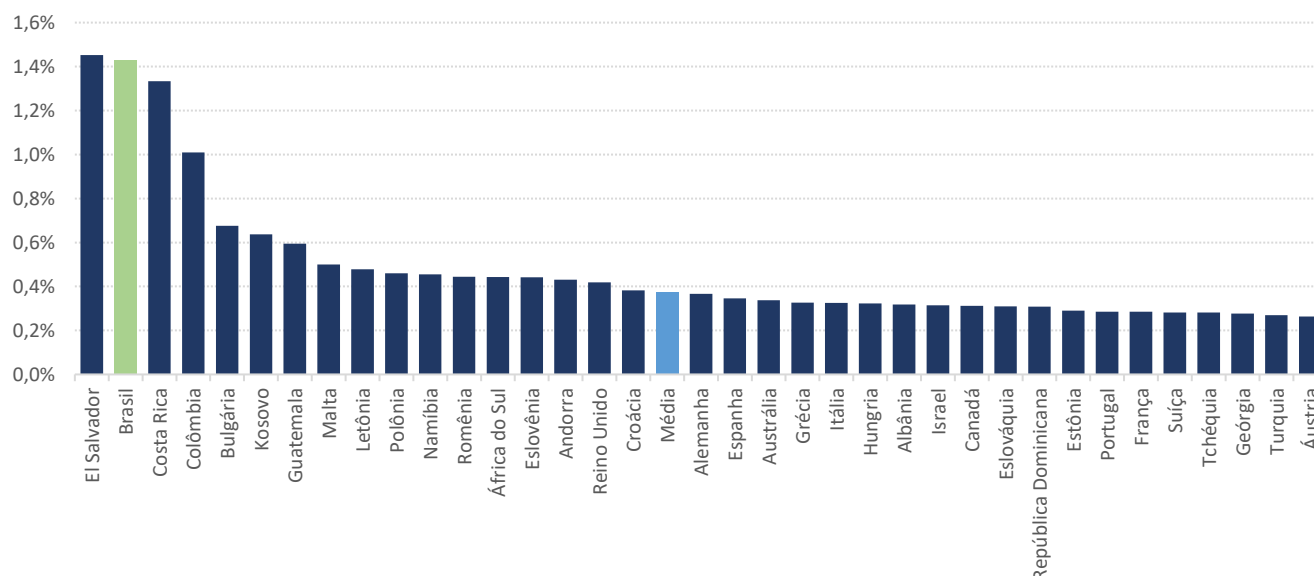
Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Pesquisa e desenvolvimento da ordem pública e segurança (7035) e Ordem pública e segurança não especificada (7036).

Gráfico 21. Despesa com Tribunais de justiça - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
 Dados em: % do PIB
 Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



No que se refere à subfunção Serviços de polícia, o Brasil alocou 1,07% do PIB em 2023, valor ligeiramente superior à média dos países analisados (0,98% do PIB) e acima do observado nas economias avançadas (0,85% do PIB). Por outro lado, o percentual brasileiro situou-se ligeiramente abaixo da média das economias emergentes, que destinaram 1,19% do PIB à mesma subfunção. Com relação aos Estabelecimentos prisionais, o Brasil destinou 0,24% do PIB, acima da média dos países selecionados (0,17% do PIB), das economias avançadas (0,16% do PIB) e das economias emergentes (0,19% do PIB). Esse dado reflete o maior investimento brasileiro na administração do sistema prisional em relação aos grupos analisados, o que reforça o perfil do Brasil como um país que destina uma proporção considerável de seu PIB à função de Ordem pública e segurança.

Por outro lado, em Serviços de proteção contra incêndios, o Brasil (0,08% do PIB) possui menor prioridade relativa no orçamento em comparação com os demais países. O resultado brasileiro foi consideravelmente inferior às alocações de economias avançadas (0,20% do PIB), à média dos países selecionados (0,17% do PIB) e às economias emergentes (0,11% do PIB).

1.6. Assuntos econômicos

Em 2024, os gastos na função Assuntos econômicos (704) alcançaram R\$ 265,6 bilhões, representando 4,94% da despesa total e 2,26% do PIB. Ao analisarmos a abertura das subfunções que compõem a rubrica de Assuntos econômicos, pode-se observar que apenas quatro subcategorias são responsáveis pela maior parcela do gasto: Transportes (7045), que corresponde à maior parte da despesa na função em todos os

anos da série e respondeu por 64,17% (R\$ 170,4 bilhões) do gasto total da função em 2024; Agricultura, silvicultura, pesca e caça (7042) (R\$ 43,0 bilhões); Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral (7041) (R\$ 17,5 bilhões) e Pesquisa e desenvolvimento em assuntos econômicos (7048) (R\$ 17,8 bilhões). Ressalta-se a importância desta última subfunção na comparação com pesquisa e desenvolvimento em outras áreas, já que cerca de dois terços da despesa total em pesquisa e desenvolvimento é executada na função Assuntos econômicos.

Em relação a 2023, houve crescimento nominal de 9,77% da despesa na função Assuntos econômicos e leve incremento em p.p. do PIB (de 2,21% em 2023 para 2,26% em 2024). O principal aumento, em termos nominais, ocorreu na subfunção de Transportes (R\$ 25,5 bilhões), sendo registrados acréscimos em todas as esferas de governo, com destaque para os governos municipais (R\$ 18,8 bilhões). Este comportamento está ligado ao fato de que grande parte da despesa na subfunção Transportes é caracterizada pela aquisição de ativos fixos, como a implantação e pavimentação de rodovias, a extensão de linhas do transporte metroviário e a implantação de veículos leves sobre trilhos (VLT). Em 2024, esses investimentos foram impulsionados, em parte, pela influência do calendário eleitoral.

Tabela 19. Despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

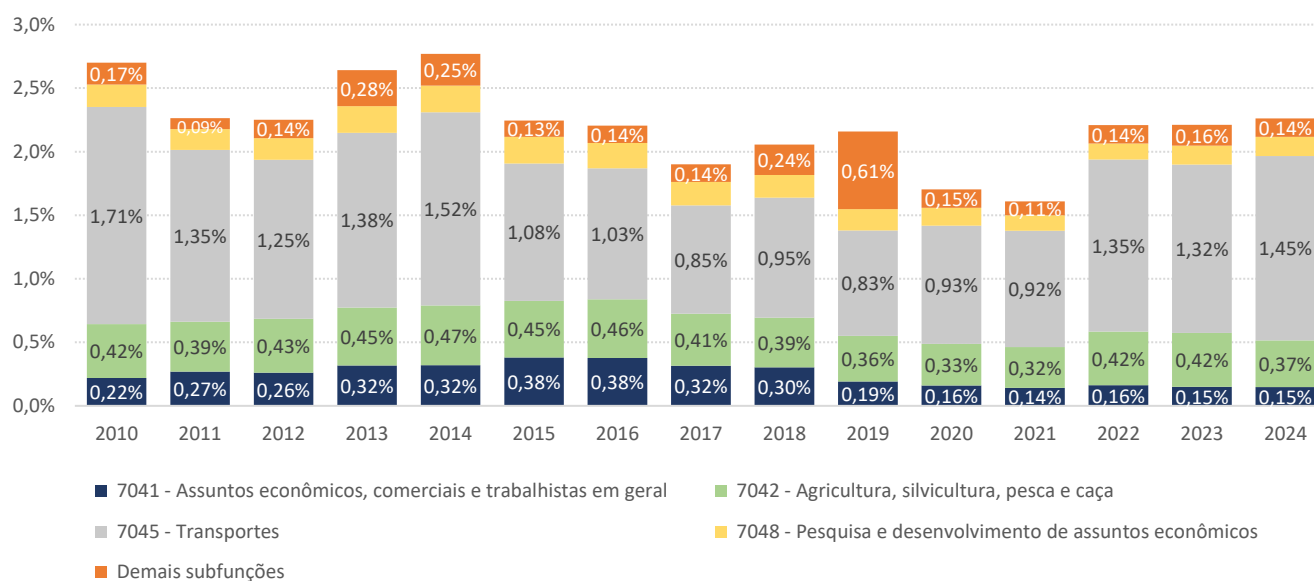
Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
704 - Assuntos econômicos	241.967	265.604	4,88%	4,94%	2,21%	2,26%
7041 - Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral	16.472	17.460	0,33%	0,32%	0,15%	0,15%
7042 - Agricultura, silvicultura, pesca e caça	46.293	43.046	0,93%	0,80%	0,42%	0,37%
7043 - Combustíveis e energia	7.827	4.670	0,16%	0,09%	0,07%	0,04%
7044 - Mineração, indústria e construção	1.869	2.110	0,04%	0,04%	0,02%	0,02%
7045 - Transportes	144.947	170.434	2,92%	3,17%	1,32%	1,45%
7046 - Comunicações	1.568	1.462	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%
7047 - Outros setores	6.093	8.191	0,12%	0,15%	0,06%	0,07%
7048 – P&D de assuntos econômicos	16.280	17.751	0,33%	0,33%	0,15%	0,15%
7049 - Assuntos econômicos não especificados	619	479	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%

Nota 1: Dados preliminares

Gráfico 22. Despesa com Assuntos econômicos por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024
 Dados em: % do PIB
 Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Combustíveis e energia (7043), Mineração, indústria e construção (7044), Comunicações (7046), Outros setores (7047) e Assuntos econômicos não especificados (7049).

Outra variação que merece destaque foi a redução em Agricultura, silvicultura, pesca e caça, que passou de 0,42% para 0,37% do PIB (queda nominal de R\$ 3,2 bilhões), influenciada pela redução dos gastos por parte do governo central. Esse recuo está associado, em grande parte, à diminuição nas despesas com Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), instituído pela Lei nº 8.171/1991. Em 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) implementou mudanças regulatórias no programa, com o objetivo de conter o crescimento dos gastos e melhorar a focalização dos recursos públicos. Entre as alterações, destacam-se a redução do limite de enquadramento obrigatório e a adequação das indenizações às faixas de risco. Essas medidas visam modernizar o modelo de comprovação de aquisição de insumos e modernizar o PROAGRO, aproximando-o das boas práticas adotadas no mercado do seguro rural.

Na tabela 20, são apresentados os valores gastos na função Assuntos econômicos, em 2024, pelas esferas de governo. A análise da subfunção Transportes (7045) evidencia que o maior peso está nos governos municipais (R\$ 78,8 bilhões) e estaduais (R\$ 77,9 bilhões), enquanto o governo central contribuiu com R\$ 23,3 bilhões. Isso reflete a descentralização da infraestrutura de transportes, que envolve rodovias estaduais e municipais, além de sistemas de mobilidade urbana.

Tabela 20. Despesa com Assuntos econômicos por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesa Assuntos econômicos	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
704 - Assuntos econômicos	74.024	107.990	97.355	-13.765	265.604
7041 - Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral	7.694	5.821	4.768	-822	17.460
7042 - Agricultura, silvicultura, pesca e caça	25.142	12.667	7.721	-2.484	43.046
7043 - Combustíveis e energia	4.426	212	62	-30	4.670
7044 - Mineração, indústria e construção	909	762	468	-29	2.110
7045 - Transportes	23.306	77.860	78.845	-9.578	170.434
7046 - Comunicações	928	14	521	0	1.462
7047 - Outros setores	982	3.508	4.472	-770	8.191
7048 - P&D de assuntos econômicos	10.613	6.894	295	-52	17.751
7049 - Assuntos econômicos não especificados	24	252	203	0	479

Nota 1: Dados preliminares.

Na subfunção Agricultura, silvicultura, pesca e caça (7042) o governo central é responsável pela maior participação (R\$ 25,1 bilhões), indicando o peso das políticas federais para o setor agropecuário. Os governos estaduais e municipais contribuem com valores menores (R\$ 12,7 bilhões e R\$ 7,7 bilhões, respectivamente), mas ainda significativos.

A subfunção Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral (7041) também é liderada pelo governo central (R\$ 7,7 bilhões). Esse valor reflete políticas nacionais de fomento econômico e apoio ao mercado de trabalho. Outra subfunção com predominância do governo central é a de Pesquisa e desenvolvimento de assuntos econômicos (7048) (R\$ 10,6 bilhões), o que sugere a centralização de investimentos em inovação e desenvolvimento econômico.

Quanto à categoria econômica, observa-se a importância do investimento em Assuntos econômicos, que totalizaram R\$ 97,5 bilhões em 2024 (vide Tabela 21). Desse montante, a subfunção Transportes respondeu por R\$ 89,6 bilhões, evidenciando o peso da infraestrutura rodoviária e logística na composição da despesa de capital da função. Além desta rubrica, os maiores grupos de gastos foram remuneração de empregados, que estão presentes em todas as subfunções, e uso de bens e serviços, também com despesa elevada na subfunção Transportes (7045) (R\$ 45,9 bilhões), refletindo custos operacionais e contratos administrativos para manutenção de infraestrutura.

Tabela 21. Classificação econômica e funcional da despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
704 - Assuntos econômicos	53.729	66.812	1.915	97.530	45.618	265.604
7041 - Assuntos econ., comerciais e trabalhistas em geral	6.754	4.909	209	1.424	4.164	17.460
7042 - Agricultura, silvicultura, pesca e caça	12.705	7.030	1.038	3.435	18.837	43.046
7043 - Combustíveis e energia	1.478	700	3	113	2.376	4.670
7044 - Mineração, indústria e construção	1.035	646	7	246	177	2.110
7045 - Transportes	19.145	45.877	245	89.582	15.585	170.434
7046 - Comunicações	644	988	1	-295	123	1.462
7047 - Outros setores	1.349	4.546	5	1.755	537	8.191
7048 - P&D de assuntos econômicos	10.469	1.814	404	1.267	3.797	17.751
7049 - Assuntos econômicos não especificados	149	301	3	3	22	479

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

No que se refere à comparação internacional, a despesa do governo geral brasileiro na função de Assuntos econômicos (2,21% do PIB) foi substancialmente inferior, em 2023, à média dos países do G-20 (5,42% do PIB), daquela observada em economias avançadas (5,18% do PIB), e em países emergentes (4,86% do PIB). Na média, os países selecionados têm gastos na ordem de 5,06% do PIB, conforme pode ser visto no gráfico 23.

O gráfico 24 apresenta, em pontos percentuais do PIB, os gastos com as subfunções da Assuntos econômicos em 2023 em países selecionados e no Brasil. Percebe-se que a despesa do Brasil é inferior à média internacional em todas as subfunções. As maiores diferenças em pontos percentuais do PIB são observadas nas subfunções mais representativas, notadamente “7045 - Transportes”, em que a despesa brasileira (1,32% do PIB) foi cerca de 60% da média internacional (2,24% do PIB) e “7041 - Assuntos econômicos, comerciais e trabalhistas em geral”, “7043 - Combustíveis e Energia” e “7044 - Mineração, indústria e construção”, subfunções em que a média internacional foi mais de quatro vezes maior do que a despesa executada pelo governo geral brasileiro.

Gráfico 23. Despesa com Assuntos econômicos - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

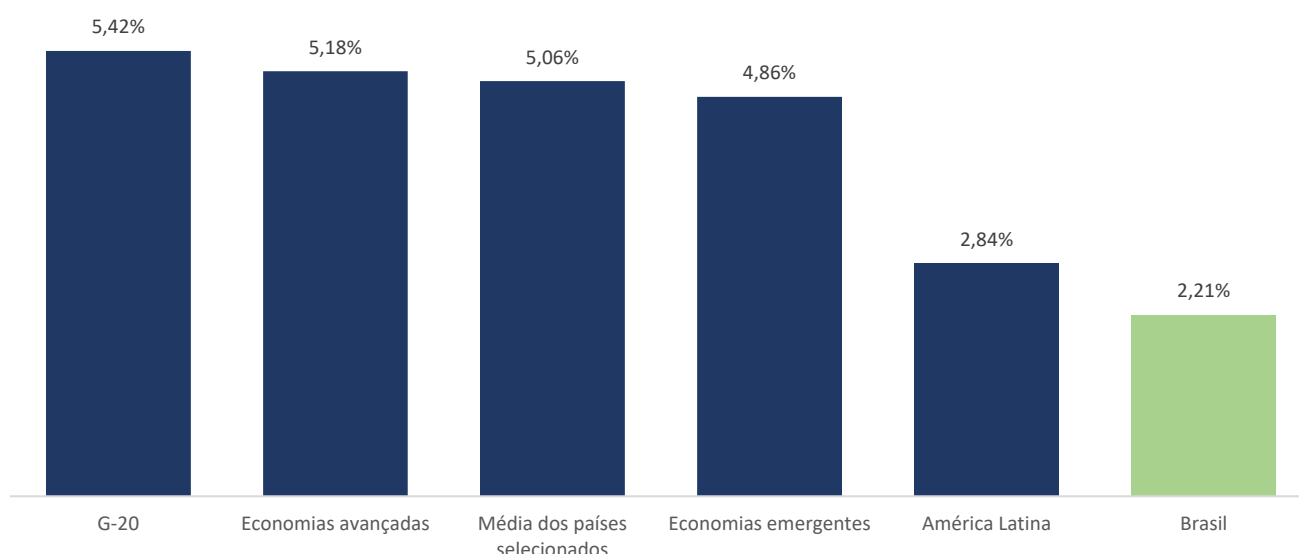
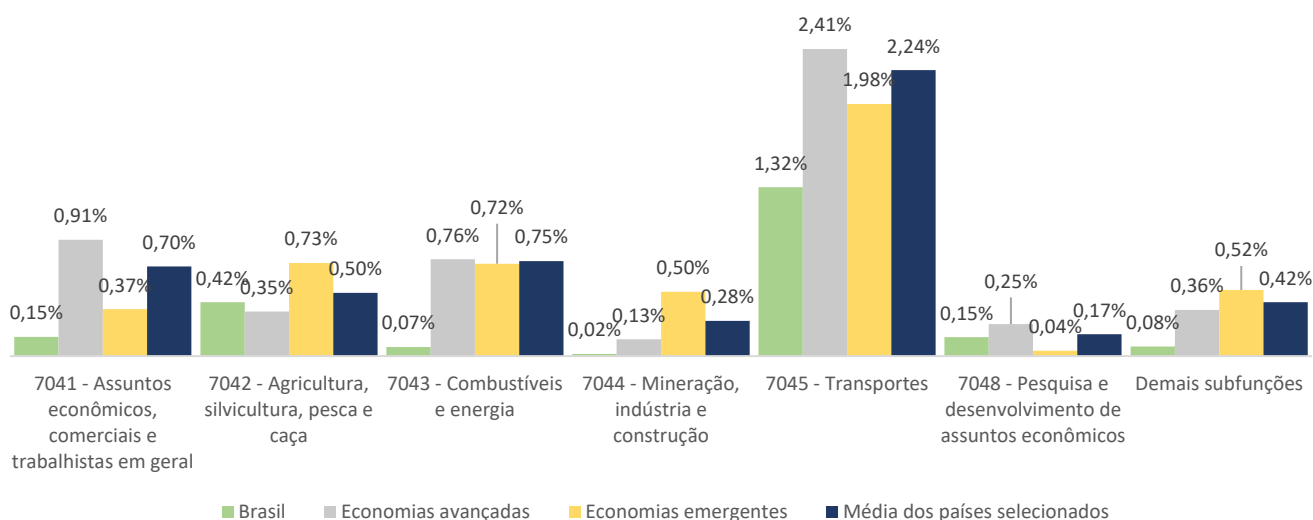


Gráfico 24. Despesa com Assuntos econômicos por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Comunicações (7046), Outros setores (7047) e Assuntos econômicos não especificados (7049).

1.7. Habitação e serviços comunitários

Entre 2023 e 2024, houve crescimento significativo nos gastos do governo geral brasileiro com a função Habitação e serviços comunitários (706). O total alocado passou de R\$ 126,1 bilhões para R\$ 159,7 bilhões,

representando um aumento nominal de 26,62%. Proporcionalmente à despesa total do governo geral, a participação aumentou de 2,54% para 2,97%, enquanto em relação ao PIB, subiu de 1,15% para 1,36%, demonstrando maior prioridade relativa para o setor, que abrange atividades relacionadas ao desenvolvimento habitacional, aquisição de terras, construção, compra ou remodelação de unidades habitacionais, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água, iluminação pública, e outras iniciativas de infraestrutura urbana.

Dentro dessa função, a maior alocação de recursos foi destinada a Habitação e serviços comunitários não especificados (7066), que totalizou R\$ 88,6 bilhões em 2024, com um crescimento de 24,57% em relação a 2023. Essa subfunção manteve a maior participação dentro da função, passando de 1,43% para 1,65% da despesa total e de 0,65% para 0,75% do PIB. Nessa subfunção estão registrados majoritariamente os gastos das secretarias municipais de obras públicas e serviços urbanos cujo detalhamento não permitiu o enquadramento nas demais subfunções de Habitação e serviços comunitários.

Tabela 22. Despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil - Anual – 2023 e 2024
Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB
Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
706 - Habitação e serviços comunitários	126.088	159.650	2,54%	2,97%	1,15%	1,36%
7061 - Desenvolvimento habitacional	18.452	27.534	0,37%	0,51%	0,17%	0,23%
7062 - Desenvolvimento comunitário	2.819	3.672	0,06%	0,07%	0,03%	0,03%
7063 - Abastecimento de água	20.170	23.555	0,41%	0,44%	0,18%	0,20%
7064 - Iluminação pública	13.367	16.201	0,27%	0,30%	0,12%	0,14%
7065 - P&D da habitação e serv. comunitários	152	78	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7066 - Habitação e serviços comunitários não especificados	71.129	88.609	1,43%	1,65%	0,65%	0,75%

Nota 1: Dados preliminares.

Adicionalmente, destacam-se as despesas com Abastecimento de água (7063), que totalizaram R\$ 23,6 bilhões, com um aumento de 16,78% em relação ao ano anterior. A participação dessa subfunção na despesa total passou de 0,41% para 0,44%, enquanto, no PIB, subiu de 0,18% para 0,20%, entre os anos de 2023 e 2024.

As despesas com Desenvolvimento habitacional (7061), que totalizaram R\$ 27,5 bilhões, também apresentaram crescimento significativo, de 49,23%. Sua participação na despesa total aumentou de 0,37% para 0,51% e, no PIB, subiu de 0,17% para 0,23% em 2024. Nessa subfunção estão registrados assuntos e

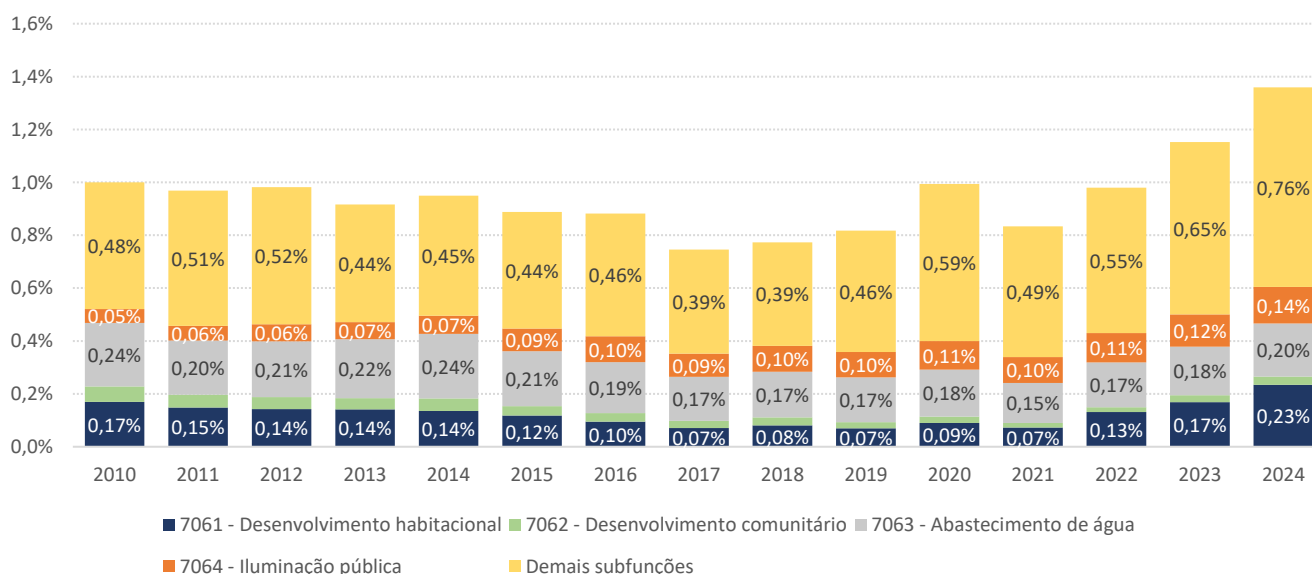
serviços relacionados com a urbanização, promoção, vigilância e avaliação das atividades de urbanização; reurbanização de favelas com fins de desenvolvimento habitacional; aquisição de terras necessária para a construção de moradias; construção ou aquisição e remodelação de unidades habitacionais para o público em geral ou para pessoas com necessidades especiais.

As despesas com Iluminação pública (7064) chegaram a R\$ 16,2 bilhões, com um aumento de 21,20% em relação a 2023. Sua participação na despesa total subiu, passando de 0,27%, para 0,30% e, como proporção do PIB, houve crescimento de 0,12% para 0,14%. As despesas com Desenvolvimento comunitário (7062) somaram R\$ 3,7 bilhões, representando um aumento de 30,29% em relação ao ano anterior. A participação dessa subfunção na despesa total foi de 0,07%, frente a 0,06% em 2023, e, no PIB, subiu de 0,026% para 0,031%.

Gráfico 25. Despesa com Habitação e serviços comunitários por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Pesquisa e desenvolvimento da habitação e serviços comunitários (7065) e Habitação e serviços comunitários não especificados (7066).

Os gastos executados na função Habitação e serviços comunitários em 2024 destacam o papel central dos governos municipais, que foram responsáveis pela maior parte dos gastos em todas as subfunções, especialmente nas categorias Habitação e serviços comunitários não especificados (7066), R\$ 88,5 bilhões, e Abastecimento de água (7063), R\$ 17,1 bilhões. Já os estados tiveram maior atuação em Desenvolvimento Habitacional (7061), R\$ 12,9 bilhões, e em Abastecimento de água (7063), R\$ 4,5 bilhões, enquanto o governo central apresentou maior atuação em Abastecimento de água (7063), R\$ 2,7

bilhões. Desenvolvimento comunitário (7062) também merece destaque, com R\$ 2,8 bilhões em estados e R\$ 2,5 bilhões no governo central, com o financiamento de ações de infraestrutura urbana e ordenamento territorial, incluindo transferências a municípios voltadas ao apoio à política de desenvolvimento urbano.

Tabela 23. Despesa com Habitação e serviços comunitários por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesa Habitação e serviços comunitários	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
706 - Habitação e serviços comunitários	6.211	21.416	137.905	-5.882	159.650
7061 - Desenvolvimento habitacional	894	12.940	15.883	-2.183	27.534
7062 - Desenvolvimento comunitário	2.542	2.846	754	-2.469	3.672
7063 - Abastecimento de água	2.700	4.528	17.123	-796	23.555
7064 - Iluminação pública	0	654	15.630	-82	16.201
7065 - P&D da habitação e serv. comunitários	75	3	0	0	78
7066 - Habitação e serviços comunitários não especificados	0	446	88.515	-352	88.609

Nota 1: Dados preliminares.

A análise da classificação econômica evidencia uma forte concentração de recursos em componentes voltados tanto para a operação direta quanto para o fortalecimento da infraestrutura. Os dois maiores componentes, investimento bruto (R\$ 61,9 bilhões) e uso de bens e serviços (R\$ 58,4 bilhões), representaram conjuntamente 75,3% da despesa total, evidenciando a relevância da aquisição de ativos fixos nessa função. Essa predominância reflete o foco em ações como construção de infraestrutura, manutenção de serviços essenciais e desenvolvimento comunitário, fundamentais para atender às demandas habitacionais e de serviços comunitários da população.

A subfunção Abastecimento de água registrou despesas da ordem de R\$ 23,6 bilhões, sendo R\$ 11,5 bilhões destinadas a uso de bens e serviços e R\$ 10,0 bilhões a investimento bruto, evidenciando esforços contínuos em infraestrutura hídrica e na operação de serviços essenciais. A subfunção Desenvolvimento habitacional, concentrou 63,9% de seus recursos (R\$ 17,6 bilhões) em investimento bruto, destacando a priorização de ações relacionadas à construção e aquisição de habitações. Já a subfunção Iluminação pública totalizou R\$ 16,2 bilhões, com 82,4% alocados em uso de bens e serviços (R\$ 13,4 bilhões), refletindo os custos recorrentes de manutenção e operação do sistema de iluminação urbana.

Tabela 24. Classificação econômica e funcional da despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024
Dados em: R\$ Milhões
Fonte: STN, SOF e IBGE

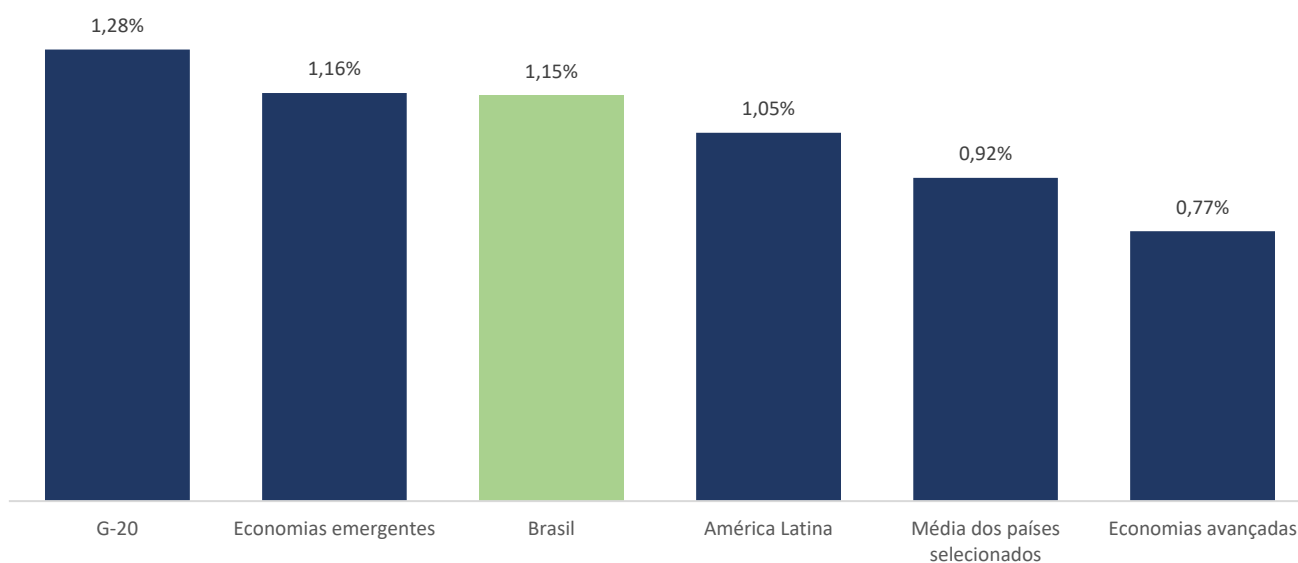
Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais.	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
706 - Habitação e serviços comunitários	34.571	58.352	274	61.922	4.533	159.650
7061 - Desenvolvimento habitacional	4.641	3.127	244	17.594	1.928	27.534
7062 - Desenvolvimento comunitário	1.097	867	22	1.597	89	3.672
7063 - Abastecimento de água	759	11.521	6	10.036	1.233	23.555
7064 - Iluminação pública	4	13.351	0	2.595	251	16.201
7065 - P&D da habitação e serv. comunitários	69	1	0	0	8	78
7066 - Habitação e serviços comunitários não especificados	28.002	29.484	1	30.099	1.023	88.609

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

A análise do comparativo internacional dos gastos em Habitação e serviços comunitários (706), medidos como percentual do PIB em 2023, revela que o Brasil alocou 1,15% do PIB, valor muito próximo ao da média observada em economias emergentes, 1,16% do PIB. A diferença mais significativa é em relação à média verificada nas economias avançadas, que foi de 0,77% do PIB (gráfico 26).

Gráfico 26. Despesa com Habitação e serviços comunitários - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
Dados em: % do PIB
Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



1.8. Defesa

Em 2024, o governo geral gastou R\$ 59,4 bilhões na função Defesa, o que representou 1,10% da despesa total, mantendo a proporção do PIB entre 2023 e 2024 (0,51% do PIB). Quanto às subfunções, observa-se que a maior parte é concentrada na subfunção Defesa militar, com 0,96% da despesa total ou 0,44% do PIB em 2024. Os gastos com Defesa militar no Brasil seguem um modelo de responsabilidade predominantemente federal, que é encarregado da formulação, planejamento e execução das políticas de defesa nacional, incluindo a destinação de recursos para as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), investimentos em equipamentos militares, pagamento de salários e custeio das operações militares. Embora a gestão direta da defesa militar seja atribuição do governo central, estados e municípios têm participação indireta em ações complementares, como cooperação em operações de segurança pública que envolvam as Forças Armadas, especialmente em situações de intervenção federal ou de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) quando requisitados.

Tabela 25. Despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
702 - Defesa	55.791	59.397	1,13%	1,10%	0,51%	0,51%
7021 - Defesa militar	49.707	51.502	1,00%	0,96%	0,45%	0,44%
7022 - Defesa civil	4.785	6.549	0,10%	0,12%	0,04%	0,06%
7023 - Ajuda externa militar	53	79	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7024 - P&D da defesa	1.151	1.099	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
7025 - Defesa não especificada	96	168	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota 1: Dados preliminares

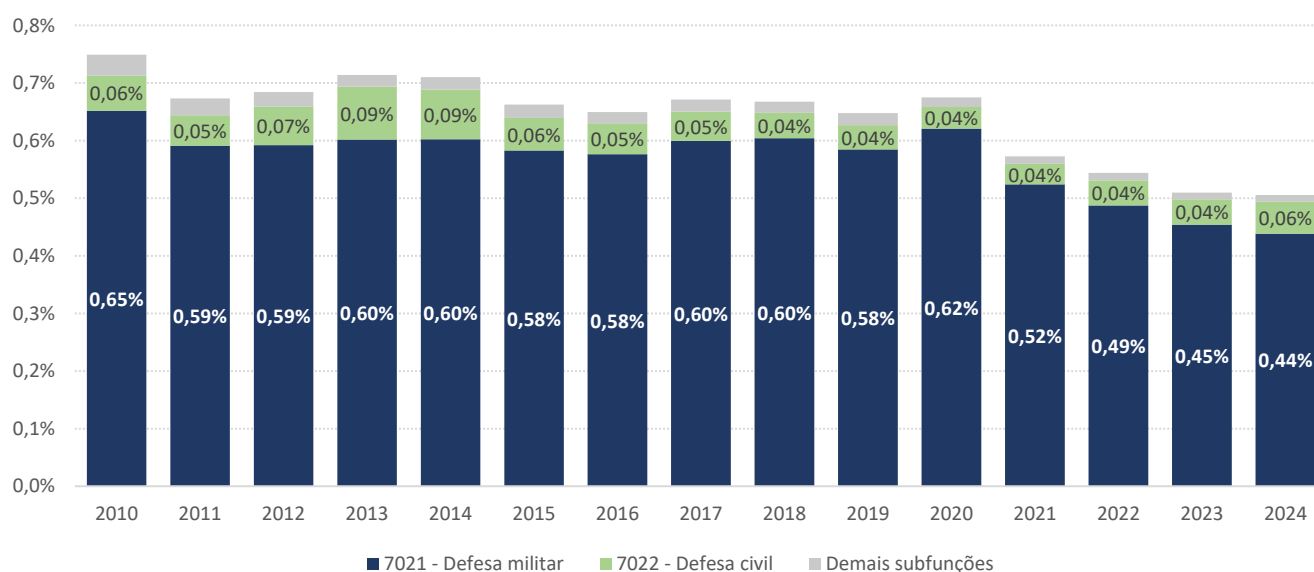
Na sequência, destaca-se a subfunção Defesa civil, concentrando 0,12% da despesa total em 2024. Em relação a 2023, houve crescimento nominal de 36,88%, com os recursos destinados à defesa civil passando de 0,04% do PIB para 0,06%. Essa variação deriva das ações de resposta à calamidade decorrentes de eventos meteorológicos em abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul. No que se refere ao arranjo federativo, o governo central exerce papel fundamental na coordenação e no apoio às ações de resposta a desastres em todo o território nacional, atuando em situações de emergência e calamidade pública por meio do fornecimento de recursos materiais, humanos e financeiros para auxiliar estados e municípios em operações de socorro, assistência às vítimas e reconstrução das áreas atingidas por desastres naturais ou causados pelo homem. Já os governos estaduais são responsáveis por definir políticas e diretrizes

específicas para a defesa civil em seus estados, estruturar suas defesas civis, treinar equipes de resposta, desenvolver planos de contingência e administrar recursos para ações preventivas e de resposta a desastres. Por fim, cabe aos governos municipais executar ações de defesa civil no nível local, incluindo a organização das defesas civis municipais, a realização de atividades preventivas, o monitoramento de áreas de risco, o planejamento de medidas emergenciais e o atendimento imediato às comunidades afetadas.

Gráfico 27. Despesa com Defesa por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Ajuda externa militar (7023), Pesquisa e desenvolvimento da defesa (7024) e Defesa não especificada (7025).

Na tabela 26, são apresentados os valores gastos com a função Defesa por esferas de governo, em 2024. Percebe-se que, do total de R\$ 59,4 bilhões gastos com Defesa, R\$ 55,8 bilhões foi arcado pelo governo central. Por sua vez, governos estaduais e municipais gastaram, respectivamente, R\$ 3,7 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, especificamente concentrados na subfunção Defesa civil (7022).

Tabela 26. Despesa com Defesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesa Defesa	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
702 - Defesa	55.845	3.661	2.826	-2.936	59.397
7021 - Defesa militar	51.466	0	38	-2	51.502
7022 - Defesa civil	3.033	3.661	2.788	-2.933	6.549
7023 - Ajuda externa militar	79	0	0	0	79
7024 - P&D da defesa	1.099	0	0	0	1.099
7025 - Defesa não especificada	168	0	0	0	168

Nota 1: Dados preliminares

Em 2024, mais da metade (67,9%) da despesa total com Defesa foi aplicada na remuneração de empregados (R\$ 40,3 bilhões), isto é, despesas com salários e contribuições sociais efetivas dos empregadores. Além disso, 17,1% foram dedicados ao uso de bens e serviços (R\$ 10,2 bilhões), que incluem gastos referentes à administração e manutenção das unidades que executam o orçamento da defesa. É importante ressaltar que, na metodologia COFOG, os gastos com inativos (reformas e pensões militares) não são incluídos na função Defesa, mas na função Proteção social (710).

Tabela 27. Classificação econômica e funcional da despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais.	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
702 - Defesa	40.329	10.183	427	8.053	405	59.397
7021 - Defesa militar	36.944	7.374	425	6.531	228	51.502
7022 - Defesa civil	2.949	2.622	0	837	142	6.549
7023 - Ajuda externa militar	4	73	0	1	1	79
7024 - P&D da defesa	427	54	2	580	35	1.099
7025 - Defesa não especificada	5	60	0	103	0	168

Nota 1: Dados preliminares

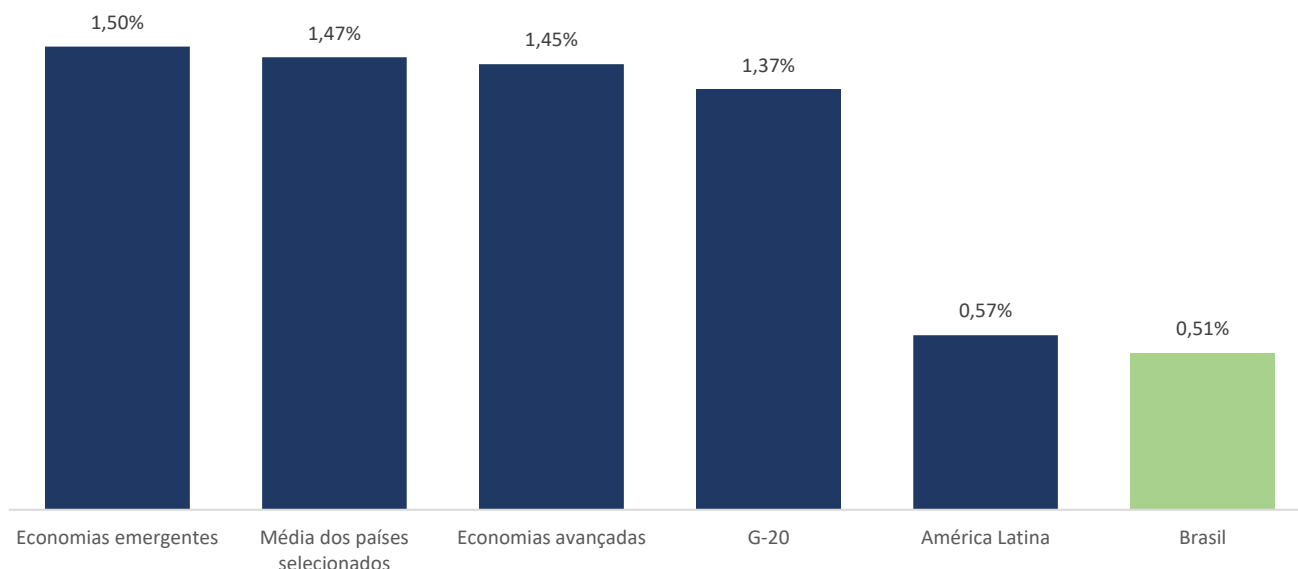
Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

A análise comparativa internacional mostra que a despesa do governo geral brasileiro na função Defesa em 2023 (0,51% do PIB) está entre as menores entre os países analisados, sendo significativamente inferior tanto à média das economias emergentes (1,50% do PIB) como em relação à média dos países selecionados (1,47% do PIB).

Gráfico 28. Despesa com Defesa - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

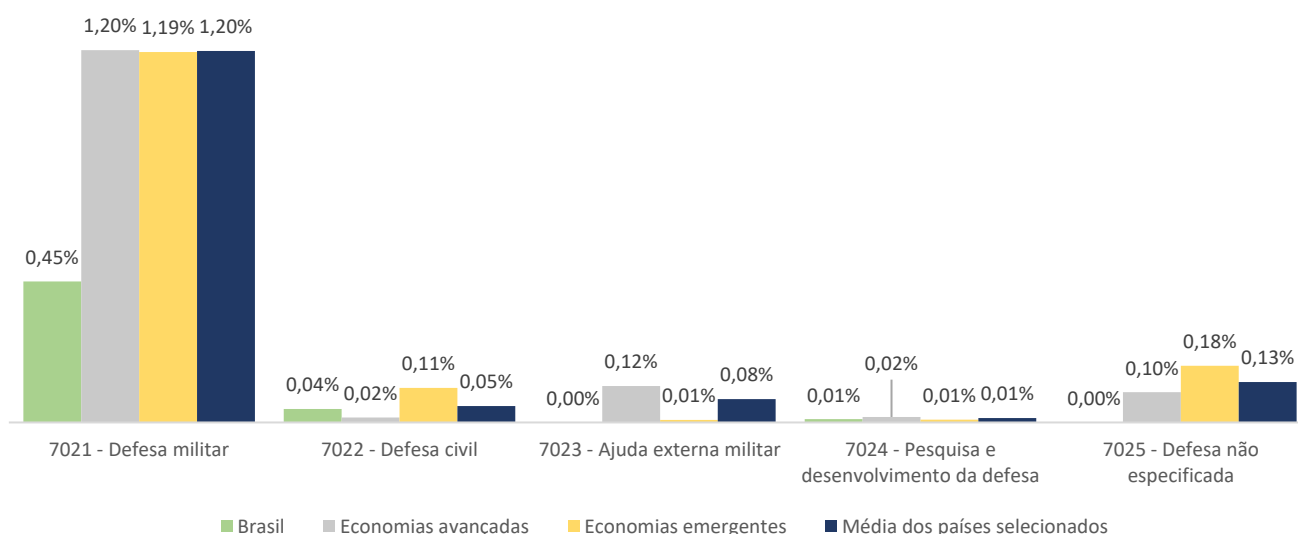
Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



No gráfico 29, são apresentados os gastos com as subfunções da Defesa em 2023, como percentual do PIB, para o Brasil e os países selecionados. Observa-se que o gasto do governo geral brasileiro com Defesa militar (7021) é de 0,45% do PIB, consideravelmente inferior à média dos países selecionados, que alcança 1,20% do PIB. Cabe destacar que muitos desses países são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que estabelece um piso mínimo de gastos com defesa. Por outro lado, nas subfunções Defesa civil (7022) e Pesquisa e desenvolvimento da defesa (7024), o percentual de gasto do Brasil está alinhado com a média dos demais países analisados.

Gráfico 29. Despesa com Defesa por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
Dados em: % do PIB
Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



1.9. Proteção ambiental

O gasto total com Proteção ambiental aumentou de R\$ 54,3 bilhões em 2023 para R\$ 65,3 bilhões em 2024, um crescimento nominal de 20,30%. A participação na despesa total aumentou ao passar de 1,09% para 1,21% e o gasto com proteção ambiental, que representou 0,50% do PIB em 2023, subiu para 0,56% em 2024. Essa elevação, que foi disseminada nas três esferas de governo, representa um retorno da despesa a patamares mais próximos à média da série histórica, após uma redução no período de 2019 a 2021.

Tabela 28. Despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024
Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB
Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
705 - Proteção ambiental	54.293	65.313	1,09%	1,21%	0,50%	0,56%
7051 - Gestão de resíduos	27.805	32.262	0,56%	0,60%	0,25%	0,27%
7052 - Gestão de águas residuais	11.076	13.392	0,22%	0,25%	0,10%	0,11%
7053 - Redução da poluição	513	73	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
7054 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	13.477	16.644	0,27%	0,31%	0,12%	0,14%
7055 - P&D da proteção ambiental	447	462	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
7056 - Proteção ambiental não especificada	975	2.480	0,02%	0,05%	0,01%	0,02%

Nota 1: Dados preliminares.

A análise das subfunções dos gastos com Proteção ambiental do governo geral mostra que houve crescimento nas principais subfunções. Gestão de resíduos (7051), que concentrou a maior parcela dos gastos, totalizou R\$ 32,3 bilhões em 2024, o que representa um aumento de 16,03% em relação a 2023. A participação na despesa total subiu de 0,56% para 0,60%, e a participação no PIB passou de 0,25% para 0,27%, refletindo uma maior ênfase na coleta e destinação de resíduos sólidos.

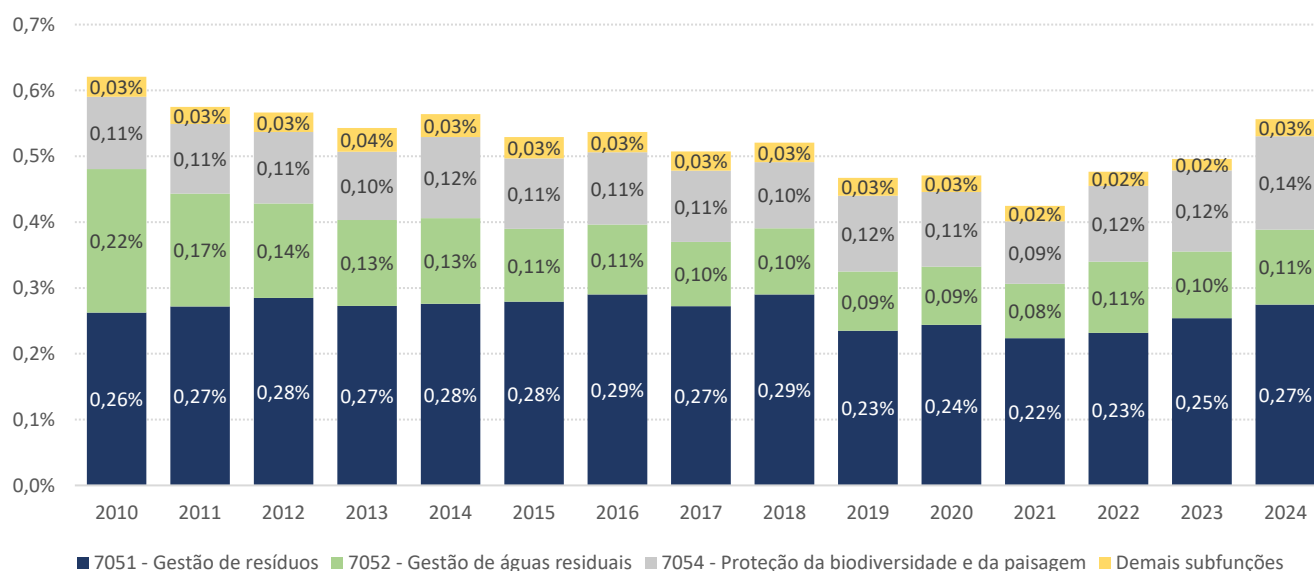
Os gastos na subfunção Proteção da biodiversidade e da paisagem (7054) aumentaram de R\$ 13,5 bilhões em 2023 para R\$ 16,6 bilhões em 2024, um crescimento nominal de 23,50%. A participação no PIB passou de 0,12% para 0,14%, o que indica um aumento da prioridade para ações voltadas à conservação ambiental, especialmente relevantes para um país com alta biodiversidade. Esse crescimento está ligado a uma despesa mais elevada com o quadro técnico de órgãos ambientais e com o maior financiamento de ações de fiscalização e controle ambiental.

Por sua vez, as despesas com Gestão de águas residuais (7052) aumentaram de R\$ 11,1 bilhões em 2023 para R\$ 13,4 bilhões em 2024 (um crescimento nominal de 20,91%) e a participação na despesa total cresceu de 0,22% para 0,25%, enquanto a participação no PIB aumentou de 0,10% para 0,11%. Essa variação revela o maior esforço relativo das três esferas de governo em investir para a melhoria do saneamento básico no país.

Gráfico 30. Despesa com Proteção ambiental por subfunção - Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Redução da poluição (7053), Pesquisa e desenvolvimento da proteção ambiental (7055) e Proteção ambiental não especificada (7056).

Em 2024, a despesa em Proteção ambiental no Brasil foi executada principalmente pelos governos municipais, que responderam por 79,8% dos recursos alocados, sem considerar os ajustes de consolidação. A maior parte das despesas municipais foi direcionada à Gestão de resíduos (7051) e à Gestão de águas residuais (7052), que juntas totalizaram R\$ 41,6 bilhões, áreas prioritárias para a saúde pública e bem-estar das populações urbanas. Os governos estaduais, com 14,9% da despesa, se concentraram em iniciativas para a Proteção da biodiversidade e da paisagem (7054) e a Gestão de águas residuais (7052) (total de R\$ 6,4 bilhões). O governo central, por sua vez, contribuiu com apenas 5,3% dos recursos, destacando-se a despesa com a proteção da biodiversidade (R\$ 1,9 bilhão) onde são registrados os gastos com órgãos federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que assumem grande parte das atribuições administrativas, de fiscalização e promoção da conservação da biodiversidade no Brasil.

Esse arranjo federativo evidencia o papel central dos governos municipais na execução de políticas ambientais, especialmente em áreas diretamente relacionadas à gestão de resíduos e saneamento básico. Por outro lado, o governo estadual se destaca nas ações de grande escala e na implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais, enquanto o governo central concentra seus recursos principalmente em inovações tecnológicas e na coordenação de estratégias de longo prazo de proteção à biodiversidade.

Tabela 29. Despesa com Proteção ambiental por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesa Proteção ambiental	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
705 - Proteção ambiental	3.511	9.891	52.985	-1.074	65.313
7051 - Gestão de resíduos	22	1.201	31.180	-142	32.262
7052 - Gestão de águas residuais	789	2.723	10.462	-582	13.392
7053 - Redução da poluição	50	33	2	-11	73
7054 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	1.936	3.709	11.213	-214	16.644
7055 - P&D da proteção ambiental	346	115	0	0	462
7056 - Proteção ambiental não especificada	369	2.110	128	-126	2.480

Nota 1: Dados preliminares.

A análise da despesa por categoria econômica mostra que a maior parcela dos recursos executados na função Proteção ambiental foi aplicada no uso de bens e serviços, totalizando R\$ 38,0 bilhões (58,2% do

total), seguida pela remuneração de empregados, com R\$ 17,6 bilhões (27,0%), e pelos investimentos brutos, que somaram R\$ 8,1 bilhões (12,4%).

Dentre as principais subfunções, observou-se que, em Gestão de resíduos, os gastos foram majoritariamente alocados em uso de bens e serviços (68,6%), refletindo as necessidades operacionais de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos. Em contrapartida, os investimentos brutos representaram apenas 1,2%, sinalizando uma baixa expansão em infraestrutura para tratamento de resíduos. Um comportamento distinto foi observado na subfunção Gestão de águas residuais, a qual apresenta um perfil concentrado não somente no uso de bens e serviços (55,6%), mas também em investimentos brutos (40,2%), onde são registradas, por exemplo, ações relacionadas a implantação de sistemas de drenagem para controle de enchentes, bem como a implantação de sistemas de esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais.

A subfunção Proteção da biodiversidade e da paisagem destaca-se pela diversificação de despesas. O uso de bens e serviços (46,9%) e a remuneração de empregados (36,7%) refletem tanto as operações de campo quanto o gerenciamento administrativo. Já os investimentos brutos somaram R\$ 2,2 bilhões (13,4%), evidenciando esforços para manutenção de áreas protegidas e projetos específicos de conservação.

Tabela 30. Classificação econômica e funcional da despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
705 - Proteção ambiental	17.615	38.032	112	8.087	1.467	65.313
7051 - Gestão de resíduos	9.000	22.121	0	402	739	32.262
7052 - Gestão de águas residuais	302	7.444	3	5.387	256	13.392
7053 - Redução da poluição	16	39	0	3	16	73
7054 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	6.111	7.804	106	2.229	393	16.644
7055 - P&D da proteção ambiental	411	44	0	5	2	462
7056 - Proteção ambiental não especificada	1.776	579	2	61	62	2.480

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

Em 2023, o Brasil alocou 0,50% do seu PIB para despesas com Proteção ambiental, valor acima da média das economias emergentes (0,39%). No entanto, o país apresenta uma alocação inferior às economias

avançadas (0,82%) e à média geral do G-20 (0,73%). No âmbito da proteção da biodiversidade e da paisagem (7054), o Brasil alocou 0,12% do PIB, superando as economias avançadas (0,08%) e emergentes (0,05%), bem como a média dos países selecionados (0,07%). Isso demonstra que o país priorizou, de forma relativa, essa subfunção em comparação a outras regiões e blocos econômicos.

Gráfico 31. Despesa com Proteção ambiental - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

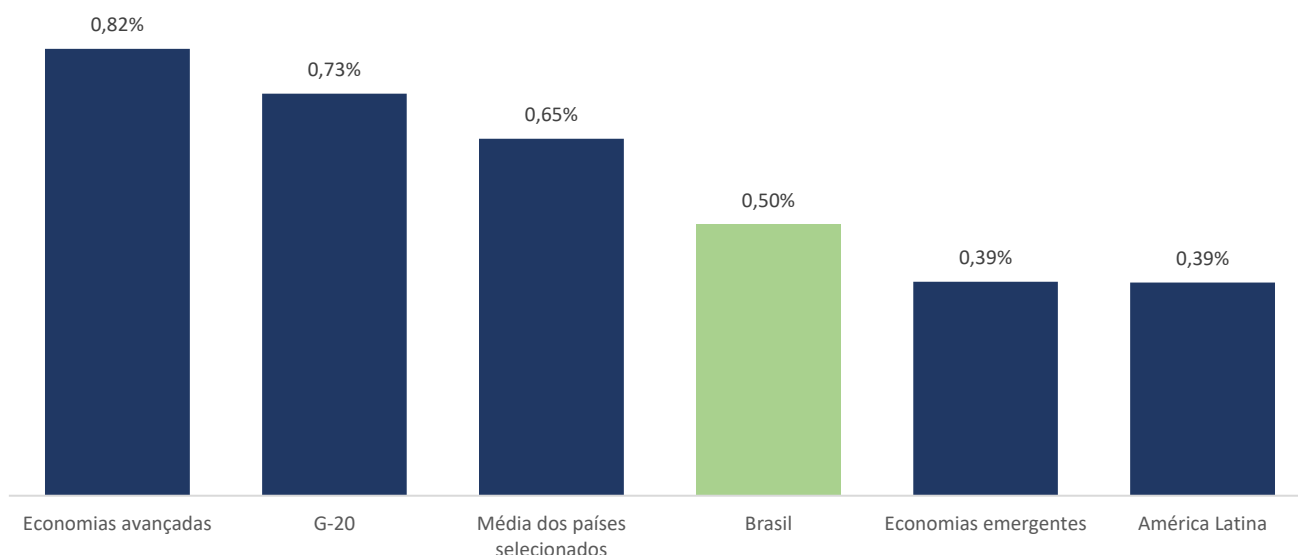
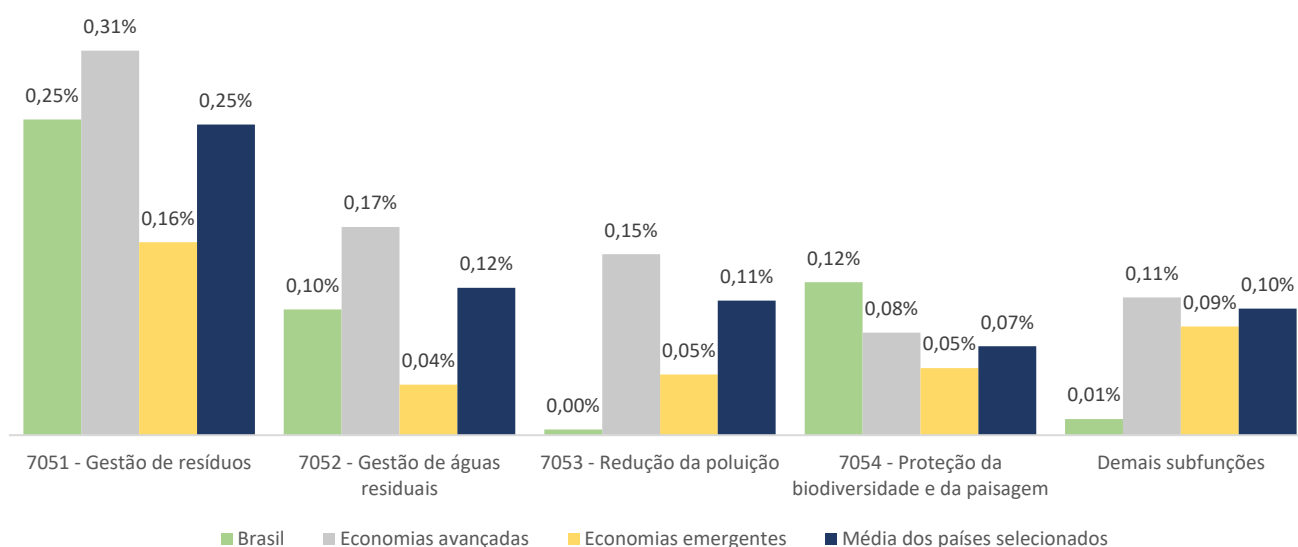


Gráfico 32. Despesa com Proteção ambiental por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Pesquisa e desenvolvimento da proteção ambiental (7055) e Proteção ambiental não especificada (7056).

1.10. Lazer, cultura e religião

O gasto total com Lazer, cultura e religião aumentou de R\$ 37,1 bilhões em 2023 para R\$ 47,2 bilhões em 2024, um crescimento de 27,29%. Consequentemente, a participação na despesa total cresceu de 0,75% para 0,88%, indicando que o ritmo de crescimento da função superou a expansão de outras despesas públicas. O gasto com Lazer, cultura e religião, que representou 0,34% do PIB em 2023, subiu para 0,40% em 2024. Esse crescimento reforça uma tendência que se iniciou em 2022, fazendo com que a despesa com a função retornasse a patamares similares aos do início da década passada. Ainda assim, das 10 funções existentes no rol de despesas executadas pelo governo geral, a função Lazer, cultura e religião ocupou o último lugar.

Dentro da função Lazer, cultura e religião, os volumes mais relevantes de gastos foram direcionados para três subfunções: Serviços culturais (7082), Serviços recreativos e desportivos (7081) e Serviços de rádio, teledifusão e de publicação (7083), detalhadas no gráfico 33. A análise das subfunções evidencia que a subfunção Serviços culturais (7082) responde pela maior parte da elevação dos dispêndios na função em 2024 na comparação com 2023. A subfunção Serviços culturais abrange atividades relacionadas à promoção da cultura, arte e patrimônio em uma comunidade. A subfunção inclui o fornecimento direto de serviços culturais à comunidade, como exposições de arte, concertos, produções teatrais, projeções cinematográficas e eventos culturais em geral. Também faz parte desta subfunção a operação de instalações para atividades culturais, como bibliotecas, museus, teatros, monumentos, jardins zoológicos, aquários, arboretos e outros locais relacionados à cultura e à história.

Tabela 31. Despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões, % da Despesa total e % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE

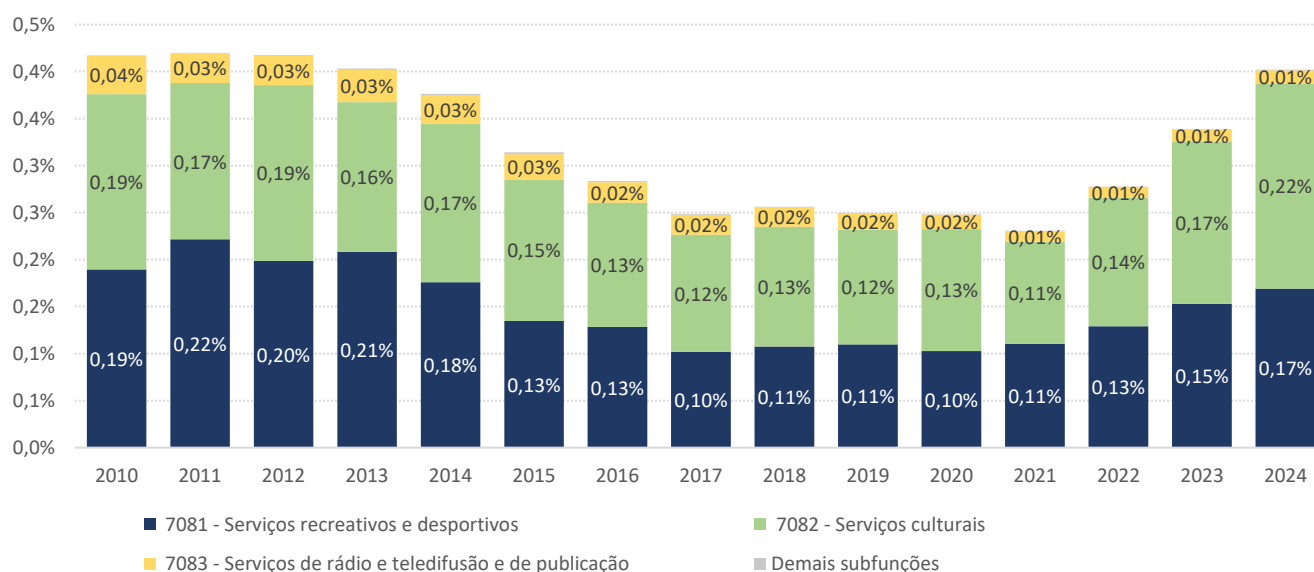
Governo Geral	R\$ Milhões – Valores correntes		% Despesa total		% do PIB	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
708 - Lazer, cultura e religião	37.092	47.214	0,75%	0,88%	0,34%	0,40%
7081 - Serviços recreativos e desportivos	16.754	19.882	0,34%	0,37%	0,15%	0,17%
7082 - Serviços culturais	18.894	25.615	0,38%	0,48%	0,17%	0,22%
7083 - Serviços de rádio e teledifusão e de publicação	1.367	1.631	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%
7084 - Serviços religiosos e outros serviços comunitários	2	3	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7085 - P&D do lazer, cultura e religião	74	83	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7086 - Lazer, cultura e religião não especificados	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota 1: Dados preliminares.

Gráfico 33. Despesa com Lazer, cultura e religião por subfunções - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, SOF e IBGE



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Serviços religiosos e outros serviços comunitários (7084), Pesquisa e desenvolvimento do lazer, cultura e religião (7085) e Lazer, cultura e religião não especificados (7086).

A despesa com Serviços culturais (7082) passou de R\$ 18,9 bilhões (0,17% do PIB) em 2023 para R\$ 25,6 bilhões em 2024 (0,22% do PIB). Esse crescimento é explicado principalmente pela elevação dos gastos de estados e municípios, que mais do que compensaram a redução dos gastos do governo central na subfunção. Entre os estados, os gastos aumentaram 37,59%, de R\$ 5,7 bilhões em 2023 para R\$ 7,9 bilhões em 2024. Os municípios tiveram crescimento de 35,91%, de R\$ 12,3 bilhões em 2023 para R\$ 16,7 bilhões em 2024. Por outro lado, os gastos do governo central reduziram em 68,96%, de R\$ 7,4 bilhões em 2023 para R\$ 2,3 bilhões em 2024. Este resultado reflete principalmente o fim das transferências da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), que teve o objetivo de fornecer auxílio financeiro a estados e municípios relacionado a ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Adicionalmente, destaque para uma alteração na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022), incluindo a Medida Provisória nº 1.274/2024, que buscou minimizar o empoçamento de recursos federais com os entes federativos ao condicionar a liberação de novos recursos à execução das transferências já realizadas.

Além de Serviços culturais, outra subfunção cuja despesa cresceu em 2024 foi a de Serviços recreativos e desportivos (7081), que atingiu R\$ 19,9 bilhões (0,17% do PIB), contra R\$ 16,8 bilhões (0,15% do PIB) em 2023. O crescimento dessa subfunção é explicado principalmente pela elevação das despesas dos governos municipais. A subfunção abrange ações voltadas à prestação, administração e regulação de serviços e instalações esportivas e recreativas, como ginásios, campos de futebol, quadras poliesportivas,

piscinas públicas, parques, praias e zonas de lazer. Também inclui o apoio a eventos esportivos, o fomento a equipes e atletas, bem como a ampliação, reforma e manutenção da infraestrutura de esporte e lazer, frequentemente realizadas por meio de projetos comunitários, convênios ou programas estaduais e municipais.

Tabela 32. Despesa com Lazer, cultura e religião por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Despesas com Proteção Social	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
708 - Lazer, cultura e religião	3.872	12.371	32.967	-1.996	47.214
7081 - Serviços recreativos e desportivos	786	3.553	16.238	-694	19.882
7082 - Serviços culturais	2.299	7.905	16.706	-1.296	25.615
7083 - Serviços de rádio e teledifusão e de publicação	703	914	20	-5	1.631
7084 - Serviços religiosos e outros serviços comunitários	0	0	3	0	3
7085 - P&D do lazer, cultura e religião	83	0	0	0	83
7086 - Lazer, cultura e religião não especificados	0	0	0	0	0

Nota 1: Dados preliminares.

No ano de 2024, os maiores executores dos gastos na função Lazer, cultura e religião foram os governos municipais, que responderam por uma despesa de R\$ 33,0 bilhões. Tratou-se do nível de governo com maior dispêndio nas duas subfunções mais representativas, que são Serviços Culturais (7082) e Serviços recreativos e Desportivos (7081). Já na subfunção Serviço de rádio, teledifusão e publicação (7083), o protagonismo fica com o governo central e governos estaduais, influenciado principalmente pelas despesas da Empresa Brasil de Comunicações (EBC) e pelas agências de comunicação estaduais. Por fim, no que se refere à consolidação e às transferências entre os entes, observa-se que os repasses relacionados à função ocorrem principalmente em Serviços Culturais (7082). A razão para isso é que as principais políticas do governo central para a área, a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, têm escopo nacional e são executadas por meio de transferências para os governos regionais, que posteriormente alocam os recursos nos projetos e ações culturais selecionados.

Ao analisar a distribuição dos gastos por classificação econômica e funcional (tabela 33), observa-se que a maior parte das despesas na função Lazer, cultura e religião se concentra nas rubricas uso de bens e serviços e remuneração de empregados, que representam, respectivamente, 38,6% (R\$ 18,2 bilhões) e 28,1% (R\$ 13,2 bilhões) do total de R\$ 47,2 bilhões destinados a essa função. Esses dados evidenciam que

a maior parte dos recursos destinados a essa função está associada à manutenção de atividades recreativas, culturais e esportivas, com predominância de despesas relacionadas ao custeio e à remuneração da força de trabalho.

Tabela 33. Classificação econômica e funcional da despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões

Fonte: STN, SOF e IBGE

Governo Geral	Remuneração de empregados	Uso de bens e serviços	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Investimento bruto	Demais despesas	Despesa Total
708 - Lazer, cultura e religião	13.247	18.204	701	6.080	8.982	47.214
7081 - Serviços recreativos e desportivos	5.994	5.964	251	4.871	2.801	19.882
7082 - Serviços culturais	6.254	11.653	438	1.137	6.133	25.615
7083 - Serviços de rádio e teledifusão e de publicação	924	576	12	71	48	1.631
7084 - Serviços religiosos e outros serviços comunitários	0	3	0	0	0	3
7085 - P&D do lazer, cultura e religião	75	8	0	1	0	83
7086 - Lazer, cultura e religião não especificados	0	0	0	0	0	0

Nota 1: Dados preliminares.

Nota 2: Em “Demais despesas” foram agregadas as rubricas: Juros, Subsídios, Transferências e Outros gastos.

No comparativo internacional das despesas voltadas para a função Lazer, cultura e religião, vemos que o governo geral brasileiro apresentou, em 2023, um dos percentuais mais baixos de alocação de recursos com relação ao PIB (0,34%) quando comparado com outras economias mundiais, mas próximo à média da América Latina (0,38%). O maior percentual do PIB está entre os países de economias avançadas, destinando 1,22% do PIB. Entre as economias emergentes, este percentual foi em média 0,73% do PIB. Mesmo com o crescimento da despesa com Lazer, cultura e religião em 2024, a alocação de recursos para esta função pelo governo brasileiro continua inferior à média dos países selecionados. No detalhamento desta função, observa-se que o Brasil gasta menos que a média internacional em todas as subfunções.

Gráfico 34. Despesa com Lazer, cultura e religião - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
 Dados em: % do PIB
 Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN

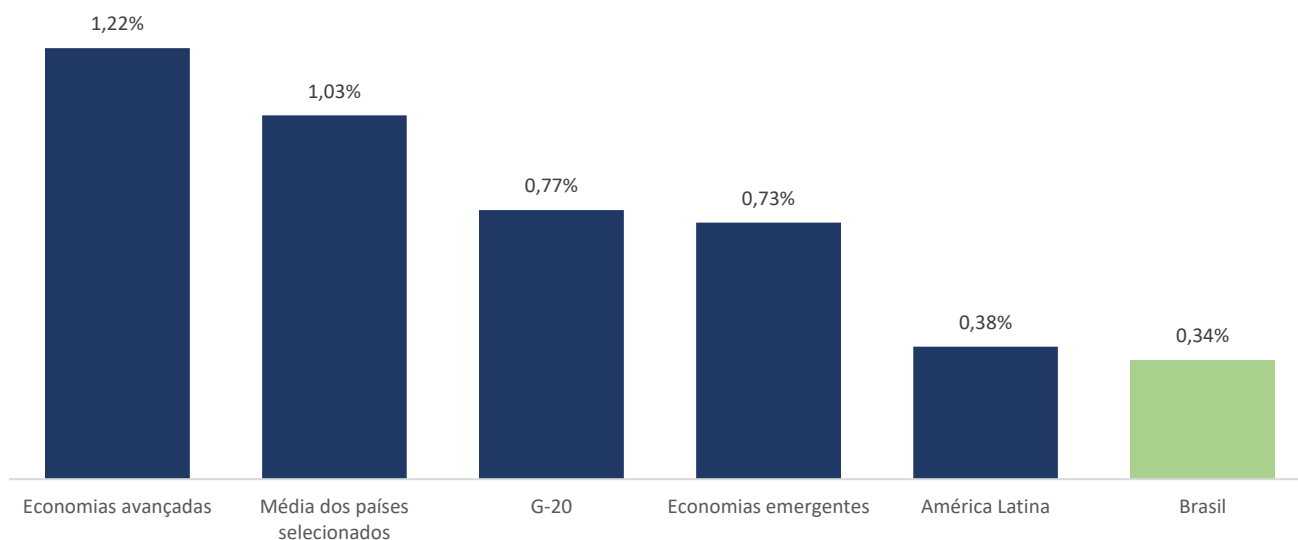
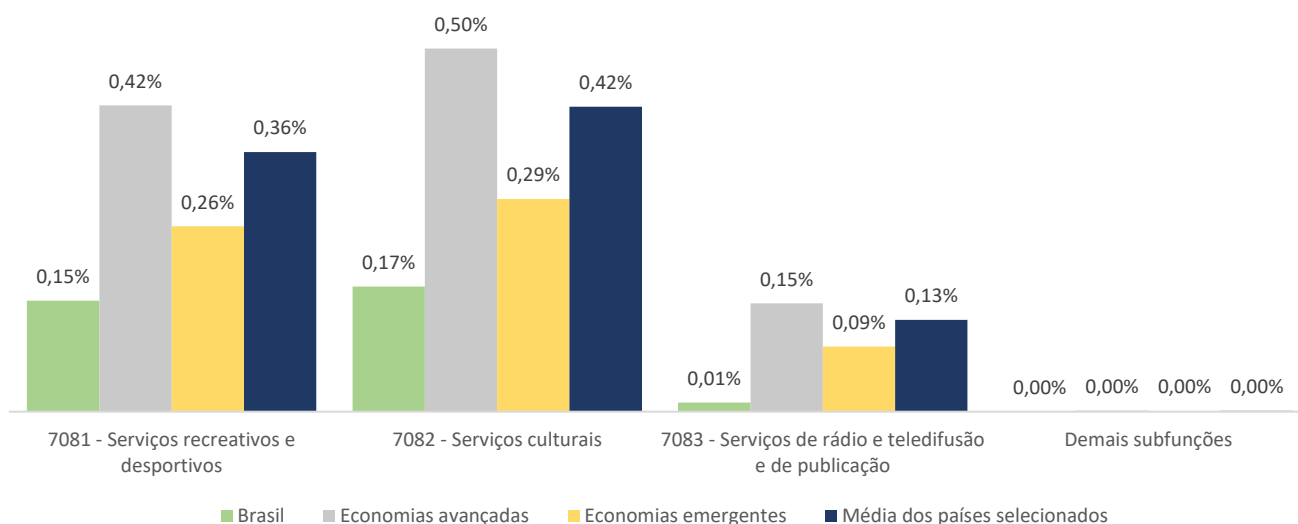


Gráfico 35. Despesa com Lazer, cultura e religião por subfunções - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2023
 Dados em: % do PIB
 Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN



Nota 1: Em “Demais subfunções” foram agregadas: Serviços religiosos e outros serviços comunitários (7084), Pesquisa e desenvolvimento do lazer, cultura e religião (7085) e Lazer, cultura e religião não especificados (7086).

Apêndice

A.1. Países incluídos no comparativo internacional

A análise comparativa internacional dos gastos governamentais por função baseia-se em dados provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do *Government Finance Statistics (GFS)*⁸, e, complementarmente, na base da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especificamente na série *Government Expenditure by Function (COFOG)*⁹.

Para uma melhor contextualização dos resultados, os países foram agrupados de acordo com seu grau de desenvolvimento econômico, permitindo uma avaliação mais estruturada das diferenças entre economias avançadas, emergentes e, na medida do possível, de países em desenvolvimento. No entanto, observa-se que a disponibilidade de dados é significativamente maior para economias avançadas e emergentes, o que pode influenciar a representatividade de cada grupo na análise comparativa. Diante desse cenário, é essencial considerar as limitações e a abrangência dos dados disponíveis ao interpretar os resultados das comparações internacionais. Esse cuidado é especialmente necessário para o grupo de países da América Latina, uma vez que a disponibilidade de dados se restringiu a 5 países além do Brasil, sendo 4 deles da América Central.

Tabela A.1. Agrupamento de países segundo o grau de desenvolvimento econômico

Fonte: Fiscal Monitor - IMF

Economias avançadas	G-20	Economias emergentes	América Latina
Alemanha	África do Sul	África do Sul	Brasil
Andorra	Alemanha	Albânia	Colômbia
Austrália	Austrália	Armênia	Costa Rica
Áustria	Brasil	Azerbaijão	El Salvador
Bélgica	Canadá	Brasil	Guatemala
Canadá	França	Bulgária	República Dominicana
Chipre	Itália	Cazaquistão	
Croácia	Japão	Colômbia	
Dinamarca	Reino Unido	Costa Rica	
Eslováquia	Turquia	El Salvador	
Eslovênia		Geórgia	
Espanha		Guatemala	
Estônia		Hungria	
Finlândia		Ilhas Maurício	

⁸ <http://data.imf.org/>.

⁹ <https://stats.oecd.org/>.

Economias avançadas	G-20	Economias emergentes	América Latina
França		Kosovo	
Grécia		Namíbia	
Hong Kong (China)		Polónia	
Irlanda		República da Bielorrússia	
Islândia		República Dominicana	
Israel		Romênia	
Itália		Tailândia	
Japão		Turquia	
Letônia			
Lituânia			
Luxemburgo			
Malta			
Noruega			
Países Baixos			
Portugal			
Reino Unido			
República Tcheca			
San Marino			
Singapura			
Suécia			
Suíça			